



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 6

SESSÃO ORDINÁRIA
27 DE JUNHO DE 2014

APROVADA POR MAIORIA, com 23 votos a favor e 2 abstenções.

Na Sessão Ordinária realizada em 29/09/2014.

-----Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e catorze, pelas 09h40m, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, em sessão ordinária, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 1.1 **Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária realizada em 28 de Abril de 2014.** -----
- 1.2 **Informação da Correspondência.** -----
- 1.3 **Assuntos de interesse relevante para o Município.** -----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 2 — 3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2014; -----

PONTO 3 — NOMEAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC); -----

PONTO 4 — ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CELEBRADO EM 02/02/2011, ENTRE O MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO E A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, NO MONTANTE DE 9.400.000,00€ — ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DA CLÁUSULA 9.ª; -----

PONTO 5 — ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO E A JUNTA DE FREGUESIA DE LOUSA; -----

PONTO 6 — ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BAIXO SABOR; -----

PONTO 7 — CONSTITUIÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DE TORRE DE MONCORVO. -----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----A sessão foi presidida pelo seu Presidente, Senhor **JOSÉ MÁRIO LEITE**, tendo como Primeiro Secretário **CRISTINA ALEXANDRA PANTALEÃO TRINDADE**, e para completar a Mesa foi convidada a deputada **MARIA CECÍLIA MAÇORANO SARAIVA PINTO**, para exercer as funções de Segundo Secretário. -----

-----Efetuada que foi a chamada, para além da Mesa da Assembleia, compareceram os seguintes Deputados Municipais: -----

Força Política	Membros	
Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP	ANTÓNIO JOSÉ FÉLIX SALGADO	
	LUÍS JOÃO FERNANDES DIAS	
	MANUEL CARLOS PRADO	
	LUÍS MIGUEL MENESES MACEDO	
	PEDRO MANUEL FERREIRA PEREIRA	Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Boa
	FRANCISCO ANTÓNIO ROQUE BRAZ	Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais
	MÁRIO DIAGO PINHEIRO MIRANDA	Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarica
	ANTÓNIO MANUEL MARTINS	Presidente da Junta de Freguesia de Lousa
	ADRIANO LUÍS MENDES MARTINS	Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgueiras e Maçores

Força Política	Membros	
Partido Socialista	ANTÓNIO ALVES SALEMA	
	ANTÓNIO MANUEL LOPES	
	ANTÓNIO JÚLIO ANDRADE	
	JOSÉ CARLOS CORDEIRO	Presidente da Junta de Freguesia de Açoreira
	ANTÓNIO JÚLIO SÁ ANDRADE	Presidente da Junta de Freguesia de Larinho
	LUIZ MARCELINO LOPES	Presidente da Junta de Freguesia de Mós
	JOSÉ MANUEL MOREIRAS	Presidente da Junta da União de Freguesias de Adeganha e Cardanha
	ANTÓNIO MANUEL DE CASTRO GONÇALVES	Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha
	AFONSO HENRIQUE ALAGOA	Presidente da Junta da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos

-----Seguidamente o **Presidente da Mesa** deu conhecimento à Assembleia dos pedidos de substituição dos seguintes deputados municipais, considerando-se justificadas as suas ausências: -----

- ⇒ Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS), por motivos pessoais, foi substituído pelo Sr. **ADEMAR AUGUSTO RODRIGUES ALVES**. -----
- ⇒ Maria Vitória Andrade Lázaro (PS), por motivos de saúde, foi substituída pelo Sr. **JOSÉ MANUEL RODRIGUES AIRES**. -----
- ⇒ João Augusto Leal Leonardo (Coligação PSD/CDS), por motivos profissionais, foi substituído pela senhora **MARIA HELENA PEREIRA DE SOUSA BERNARDINO**. -----
- ⇒ O Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, Sr. José Carlos de Sá Meneses (Coligação PSD/CDS), fez-se representar pela Secretária da citada Junta, senhora **TÂNIA CRISTINA COSTA MOTA**. -----

RENÚNCIAS AO MANDATO: -----

- ⇒ O membro da Assembleia Municipal senhora Beatriz da Luz Souza Fernandes, eleito pela lista do Partido Socialista, pediu renúncia do mandato. -----
 - Foi substituído pelo cidadão que se encontrava imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, senhora **MAGALI ISABEL SEBASTIÃO AMADOR**, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. -----
- ⇒ O membro da Assembleia Municipal Sr. António Olímpio da Silva Moreira, eleito pela lista do Partido Socialista, pediu renúncia do mandato. -----
 - Foi substituído pelo cidadão que se encontrava imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, senhora **MARIA DE FÁTIMA SALVADOR GONÇALVES**, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. -----

TOMADAS DE POSSE: -----

- ⇒ Tomou posse de imediato por estar presente, o membro que segue na lista do Partido Socialista, senhora **MAGALI ISABEL SEBASTIÃO AMADOR**; -----

⇒ Tomou posse de imediato por estar presente, o membro que segue na lista do Partido Socialista, Sr. **ADEMAR AUGUSTO RODRIGUES ALVES**. -----

PRESENCAS: -----

⇒ Verificou-se a presença de **vinte e sete membros**, num total de vinte e oito. -----

FALTAS: -----

⇒ Faltou a esta Sessão a Presidente da Junta de Freguesia de Castedo, senhora **LUÍSA MARIA PINTO FERREIRA (PS)**. -----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

⇒ No prazo legal, a Presidente da Junta de Freguesia de Castedo, senhora **LUÍSA MARIA PINTO FERREIRA (PS)**, justificou a sua ausência, por motivos profissionais. -----

-----Por parte da **CÂMARA MUNICIPAL** estavam presentes: o Senhor Presidente da Câmara, Nuno Gonçalves e o Senhor Vice-presidente, Victor Moreira. -----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontrava-se o Assistente Técnico Favorino José Bastos de Carvalho. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** que informou da entrada de uma moção – Em defesa da memória do Sr. Eng. AIRES FERREIRA. -----

-----Sendo esta a primeira reunião a seguir aos trágicos acontecimentos que marcaram este Concelho, e antes da leitura desta moção que julgo que será feita pelo Sr. deputado António Lopes, proponho que se efetue um minuto de silêncio em memória do ex-autarca e ex-membro desta Assembleia. -----

-----Gostaria que a Câmara Municipal se associasse a este momento. -----

-----**Neste momento o Executivo Municipal assumiu o seu lugar na reunião.** -----

-----Seguiu-se um minuto de silêncio. -----

-----Após, o **deputado António Lopes (PS)**, procedeu à leitura da moção apresentada à Mesa, cujo teor se transcreve na íntegra: -----

MOÇÃO

Em defesa da memória do Eng. AIRES FERREIRA

Apelando a um pensamento de John Stuart Mill que, à guisa de epígrafe, cremos que pode expressar, em poucas palavras, aquilo que nos compete trazer a esta honrosa Assembleia: alguns pensamentos sobre a morte

trágica do Eng. AIRES FERREIRA, que a todos chocou. Nestes breves pensamentos esperamos conseguir fazer uso da razão em detrimento da emoção, se é que isso é possível!

Diz ele, Stuart Mill, que «Opiniões e práticas erradas cedem gradualmente a factos e argumentos: mas os factos e argumentos têm que ser colocados perante a mente, de modo a que possam ter efeitos sobre ela.».

Se assim é, vamos então à procura de factos que atestem a obra do Eng. AIRES FERREIRA no Concelho de Torre de Moncorvo e tentemos colocá-lo perante a nossa mente, para que tenham efeito em nós, embora crenças que em política nem só os factos interessam.

Regressemos há 30 e tal anos atrás, a um tempo que muitos de nós consideramos medievo, e recordemos as ruas lamacentas, algumas transformadas em autênticas cloacas. Hoje vemos asseio, e vemo-lo a ele envolvido nessa luta.

In illo tempore, para muitos de nós, era tarefa diária ir encher um cântaro de água a uma fonte distante, e hoje basta-nos rodar a torneira para o encher e, nesse ato tão simples, todos conseguimos ver a mão do Eng. AIRES FERREIRA.

In illo tempore, muitos de nós, recordam a vila de Torre de Moncorvo, com uma aldeia anexa, a Corredoura, e hoje vemos uma avenida rasgada que não distingue uma coisa da outra.

In illo tempore, muitos de nós, recordam a vila de Torre de Moncorvo, com uma área a que chamávamos «Aveleiras», para onde se ia namorar, para fugir aos olhares indiscretos, e hoje vemos um belo núcleo habitacional.

In illo tempore, muitos de nós, recordam a vila repleta de juventude, a correr para a carreira do Santos, hoje vemos uma vila sem juventude, sem gente, como muitas outras, mas com uma projeção a nível nacional, por muitas e variadas razões, que não conseguimos descortinar nos concelhos vizinhos, se calhar mesmo na capital de distrito.

Regressemos a tempos mais modernos:

Vemos uma bela piscina, que ele próprio admitia ter sido um erro de megalomania, e vemo-lo a ele envolvido nessa tarefa.

Vemos a barragem do Baixo Sabor, que será sempre controversa, especialmente para ambientalistas, e não só, mas está lá, está construída, e pelo menos um (1) m³ de betão armado «colocado» por ele.

Vemos uma variante aberta que ampliou os limites da vila.

Vemos o IP2 e o IC5 e vemo-los como acessos e melhoramentos que permitem chegar facilmente à nossa terra e, de certeza, que há de ter havido muito empenho, muitos quilómetros percorridos, muitas reuniões onde ele teve que dar a cara e, se calhar, o próprio nome.

Vemo-lo na luta de instalação das eólicas, que pode ser uma fonte de rendimento constante para o Município, além dos aspetos ecológicos que não é necessário referir.

Vemos um Centro de Memória e uma Biblioteca Municipal que nos deve orgulhar a todos, e por onde têm passado todos os autores da nossa terra, e que são muitos, e que o atual executivo continua a incentivar e que daqui saudamos efusivamente.

Enfim, são meros exemplos, uma pequena lista, apelando apenas à nossa memória, que também é fraca, mas que os serviços camarários podem completar.

Perante isto, e porque os factos estão a começar a fazer efeito sobre a nossa mente, cremos, não temos dúvidas em afirmar que o Eng. AIRES FERREIRA marcou o Concelho de Torre de Moncorvo, com altos e baixos, com visões clarividentes ou menos clarividentes, mais consentâneas ou menos consentâneas mas o resultado é muito positivo. Se assim é, o Concelho está em dívida para com ele e, perante esta objetividade, não podemos deixar de ter memória, apesar de ele, o Eng. AIRES FERREIRA, com a sua atitude trágica, indiciar um apelo ao contrário.

Se o fizermos, se quisermos ter um lapso de memória, não teremos futuro, morreremos de «morte branca». «Se não tivermos memória, esvai-se o presente que simultaneamente já é passado morto. [...] A memória é indispensável para que o tempo possa ser medido e sentido», para citar José Cardoso Pires, no seu *De Profundis*.

Assim, e se quisermos ser dignos da MISSÃO que aqui desempenhamos, e porque a política só deve ser vivida se pusermos valores nela, caso contrário não vale a pena, propomos ao Sr. Presidente da Mesa que façamos um minuto de silêncio em sua memória (*que já foi feito*), e propomos que, logo que possível (se a proposta for aprovada, obviamente), seja descerrado um busto da sua pessoa, e o mesmo seja erguido fora da Vila, da qual ele parece ter desistido (ou a Vila ter desistido dele, não sabemos bem, será sempre controverso), mas na Foz do Sabor, ou em local que se ache mais conveniente, questionando a própria família, de olhos postos no rio, onde ele quis ser depositado.

Apesar de este ser um texto aprovado por unanimidade pela bancada do Partido Socialista, cremos que fizemos uso da razão em detrimento da emoção, cremos que pelo facto de alguns de nós não terem filiação partidária possuem um distanciamento necessário para analisar toda esta tragédia com olhos diferentes mas, sobretudo, porque consideramos que o Eng. AIRES FERREIRA era um homem bom, de convicções, combativo, que acreditava no poder local, um homem que entrou engenheiro para a Câmara Municipal e saiu engenheiro. Dir-nos-ão que também cometeu erros. Claro que cometeu. Quem é perfeito? Se tivermos consciência que não somos já é um bom começo. Ele próprio os admitia, nos últimos dias da sua existência. Portanto, enquanto não formos perfeitos e não conseguirmos uma sociedade perfeita, enquanto não pudermos pensar em Anarquismos, na sua forma mais pura, e utópica, vivamos em democracia representativa e, entretanto, façamos alguma justiça: honremos a sua memória.

Para terminar, queremos lembrar que grande parte das relações entre os membros de uma sociedade não se baseia em assinatura de contrato algum, e tanto assim é (e tão forte é), que por vezes somos punidos não pela lei mas pela opinião, e quase sempre em assuntos que pertencem apenas ao foro íntimo de cada um de nós. Seja como for, os membros que recebem «proteção» dessa mesma sociedade têm obrigação moral para com a mesma, e esta proposta consideramos que é a nossa obrigação, não estatutária, mas eticamente correta.

Disse.

-----**A moção foi aprovada por unanimidade.**-----

-----Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos.-----

1.1 Ata n.º 5 da Sessão Ordinária realizada em 28 de Abril de 2014. -----

-----**O Presidente da Mesa** pôs em apreciação a ata referenciada, tendo-se registado as seguintes intervenções: -----

-----**Deputado Afonso Alagoa (PS)**, Presidente da Junta da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos: -----

-----Embora não estivesse presente na sessão a que se refere esta ata o meu nome foi visado aqui e quero defender a minha honra, quero esclarecer relativamente ao ponto 9, página 36, na intervenção do senhor Presidente da Câmara, deteto aqui muitas imprecisões: quando se diz, que o senhor Basílio Lázaro foi contactado, não sei se foi ou se não foi, uma coisa eu tenho a certeza; quando se diz, dado as circunstâncias que tinha acontecido com a esposa, isso é inverdade, é uma mentira, porque estão a referir o dia 20 de março e o acidente que a D. Vitória teve foi dia 25 de março. -----

-----No período de 16 a 20 de março, até às 12h30m, estive ausente, fui para o Porto, tinha umas consultas minhas e do meu filho, portanto, cheguei à hora de almoço do dia 20 de março. Nessa altura fui contactado pelo Tesoureiro da Junta, Sr. José Fernando Cabeleira, que me disse que o senhor José Meneses teria tentado ligar para mim e não tinha conseguido. Por volta das 14h00 eu contactei o Sr. José Meneses e ... -----

-----Neste ponto **o Presidente da Mesa** interrompeu o deputado para referir: Senhor deputado, pedia-lhe o favor de ser sucinto e pergunto se tem alguma proposta de alteração à ata. -----

-----Respondeu a esta questão **o deputado Afonso Alagoa** que disse: Tenho, estou a referir-me às imprecisões que estão aqui na ata, não é? É a isso que eu me quero referir. -----

-----Falando com o Sr. José Meneses, eu quis saber qual era o assunto da reunião, respondendo-me que não sabia qual era o assunto. Se não sabe qual é o assunto até lhe disse o seguinte: então um ministro vai para um Conselho de Ministros e não sabe qual é a agenda? Eu sou Presidente da Junta e tenho o direito de saber qual é o assunto que vai ser tratado, e ter-lhe-ei dito logo na altura que vai ser muito difícil estar presente, porque era uma quinta-feira e tinha atendimento ao público. -----

-----E quando se diz aqui também que o Sr. José Fernando não vinha sem autorização do Presidente da Junta, isso é uma pura mentira. O Sr. José Meneses ter-lhe-á dito a ele, na minha ausência, então vem tu, e ele disse, não, tenho que falar com o Presidente da Junta. ----

-----E também tenho a dizer o seguinte, contactarem as Juntas de Freguesia para uma reunião no dia da reunião, acho que isso é de mau gosto. Aliás, a comunicação entre entidades oficiais deve fazer-se noutros moldes, não nestes moldes. Tenho dito. -----

-----**Presidente da Mesa:** Mas propõe alguma alteração à ata ou apenas quer que fique registado o seu protesto? -----

-----Respondeu a esta questão **o deputado Afonso Alagoa** sem o uso do microfone. -----

-----**Deputado Luís Dias** (Coligação PSD/CDS): Na página 31, eu coloquei uma questão ao Presidente da Câmara, ao que me foi respondido pelo Presidente da Câmara, provavelmente o microfone devia estar desligado porque a resposta não consta da ata. -----

-----A questão era clara, que era se houvesse casos de litígio se essas pessoas continuariam a pagar juros ou não, ou seja, se se beneficiava o infractor ou não, e o Sr. Presidente da Câmara disse que sim, que continuariam a pagar juros para não beneficiar o infractor. -----

-----Acho que a resposta devia constar da ata e não consta. -----

-----**Presidente da Mesa:** Será feita essa retificação. -----

-----Usou novamente da palavra **o deputado Luís Dias** (Coligação PSD/CDS): Ainda há outra, na página 43, provavelmente fui eu que me confundi, fui interpelado pelo Secretário da Mesa, e tem a ver com a minha declaração de voto em que eu digo que votei contra o adiamento e não está correto, votei a favor do adiamento e abstive-me na votação do ponto. Era só. -----

-----**Deputado António José Salgado** (Coligação PSD/CDS): Senhor Presidente, eu penso que a intervenção do Sr. Alagoa só pode ser considerada como uma declaração de voto, a ata está para aprovação, por isso, ele vota contra e faz uma declaração de voto e diz o que disse, porque se não tem que ser acrescentada uma adenda à ata onde ele não esteve presente. Não pode ser. -----

-----**Presidente da Mesa:** Senhor deputado pedia que não entrássemos em diálogo. Eu acho que o procedimento proposto pelo deputado António José Salgado parece-me correto, o senhor votará contra ou abstém-se como entender relativamente à ata, e as suas declarações constarão como adenda à ata. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a ata, verificando-se os seguintes resultados: -----

	Coligação PPD-PSD/CDS-PP	Partido Socialista (PS)	TOTAL
Votos a Favor	12	10	22
Abstenções	2	3	5
Votos Contra	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO:** **Aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor e cinco abstenções dos deputados senhores: Manuel Carlos Prado e Tânia Cristina Costa Mota (Coligação PSD/CDS); Afonso Henrique Alagoa (Presidente da Junta da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos), Maria de Fátima Salvador Gonçalves e José Manuel Rodrigues Aires (PS), por não terem estado presentes na reunião. -----

1.2 Informação da Correspondência. -----

-----Pelo Sr. Presidente da Mesa foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 30 a 49, inclusive, da qual se elaborou o respetivo resumo previamente distribuído por todos os deputados municipais, a saber: -----

- ✓ Foi recebida no dia 28 de Abril de 2014, a justificação da falta à Assembleia Municipal do deputado Luís Ricardo Ferreira. Esta justificação não foi presente na reunião, dado que o colaborador que presta apoio à Assembleia Municipal obviamente estava aqui connosco, não podia recebê-la; -----
- ✓ O Grupo Parlamentar “Os Verdes” – Envia para conhecimento o Projeto de Lei N.º 593/XII que visa revogar o Processo de Privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF); -----
- ✓ O Presidente da Câmara Municipal de Bragança – Envia certidão da resolução aprovada na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 28 de Abril de 2014, relativa à Resolução sobre a Portaria 82/2014, de 10 de Abril – estabelece os critérios que permitem categorizar os serviços e os estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde. -----
- ✓ A Associação Nacional de Municípios Portugueses – Convite para o 30.º aniversário da ANMP, a celebrar no próximo dia 20 de Maio; -----
- ✓ O Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela – Convida a participar no Colóquio sobre Assembleias Municipais, que terá lugar no próximo dia 24 de Maio, no Auditório Municipal de Mirandela; -----
- ✓ O Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela – Informa que por motivos imponderáveis e imprevistos, não vai ser possível organizar no dia 24 de Maio o III Colóquio sobre Assembleias Municipais, que teria lugar em Mirandela; -----
- ✓ A Associação Nacional de Municípios Portugueses – Envia uma breve publicação que procura identificar os principais marcos da vida da ANMP ao longo dos seus 30 anos de atividade; -----
- ✓ A Assembleia Municipal de Bragança – Envio uma moção aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária realizada no passado dia 29 de Abril, relacionada com o “Serviço Nacional de Saúde”; -----
- ✓ O Presidente da Câmara Municipal de Bragança – Envia certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 26 de Maio, relativa à “Resolução sobre introdução de portagens na A4 – Autoestrada Transmontana”; -----
- ✓ O Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo – Envia agenda para a reunião da Assembleia Municipal do corrente mês de Junho; -----
- ✓ O Partido Ecologista “Os Verdes” – Informa da mudança de instalações para nova morada; -----
- ✓ O Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor – Envia certidão da deliberação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal de 09 de Junho de 2014, relativa ao “Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Eng.º Aires Ferreira, ex-autarca do Município de Torre de Moncorvo”; -----
- ✓ A Associação Nacional de Municípios Portugueses – Envia de oferta um exemplar da publicação editada pelo Professor Doutor Sidónio Pardal “Ser Autarca, Missão e Desafios”; -----
- ✓ O Grupo Parlamentar “Os Verdes” – Envia para conhecimento o Projeto de Resolução N.º 1083/XII/3ª – Sobre o erro que constitui a privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF). – Discussão agendada para 26 de Junho. -----

- ✓ Convite do Presidente da Direção da Fundação “Os Nossos Livros”, dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para a Apresentação da obra histórica que tem com tema a figura de Artur Águedo de Oliveira, que terá lugar no edifício sede da Fundação, no dia 30 de Maio de 2014, pelas 21h30, em Bragança; --
- ✓ Convite do Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e do Presidente da Associação Comercial Industrial e Serviços de Macedo de Cavaleiros, dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para a Cerimónia de abertura da XXXI Feira de São Pedro, que se realiza no próximo dia 28 de Junho, às 17h30, no recinto do Parque Municipal de Exposições. -----
- ✓ Há ainda um dossier com vária correspondência com apresentação de condolências pela morte do Sr. Eng.º AIRES FERREIRA, a saber: -----
 - Da Direção da Associação dos Alunos e Amigos do Ex-Colégio Campos Monteiro; -----
 - Do Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Foz Côa, José Carlos Lopes Martins; -----
 - De Armando Luís de Carvalho Homem, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; -----
 - De António Pimenta Monteiro, da Associação dos Alunos e Amigos do Ex-Colégio Campos Monteiro; --
 - De José Carvalho Bastos, da EDP; -----
 - De Jorge Marques, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera; -----
 - Do Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa; -----
 - Da Federação Distrital de Bragança do Partido Socialista; -----
 - Da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----Seguidamente, foi dado o uso da palavra aos membros da Assembleia que pretendessem intervir, tendo usado da palavra os seguintes senhores: -----

-----**Deputada Fátima Gonçalves (PS):** Meditei bastante para dizer sim a mim própria e meditei bastante para depois dizer sim à minha terra; Venho por um imperativo ético, nunca fugi a responsabilidades; Venho por uma razão afetiva, viria sempre depois daquela madrugada seca de junho, quando Moncorvo acordou atordoado e confuso; Venho pela ligação política e afetiva ao homem que durante 27 anos conduziu os nossos destinos de moncorvenses; Venho pela lição de trabalho, de luta, de persistência, de saber estar do engenheiro Fernando António Aires Ferreira, ao serviço das gentes da nossa terra; Viria sempre senhor presidente e senhores deputados, porque não calei ainda a canção de revolta de perder dois amigos que intimamente escolheram o seu destino; Sei que a morte é incontornável e adivinho como a morte voluntária também é muitas vezes incontornável; Não faço juízos de valor e curvo-me com respeito perante os factos de uma história que dificilmente se apagará da memória dos moncorvenses de bem. -----

-----Senhor Presidente da Câmara e senhor Vereador, estão V/ Excias ainda muito longe de atingirem os 27 anos à frente da Câmara de Moncorvo. Aires Ferreira chegou aqui jovem, os 27 anos moldaram-lhe a vida a ele e também moldaram a vida de Torre de Moncorvo e do

Concelho. Não trago mensagens especiais, não trago recados de ninguém, mas ficaria de mal com a minha consciência de mulher livre se saísse daqui hoje sem propor o que já foi proposto pelos meus camaradas de partido (da qual eu não estive presente nem assinei essa moção) a devida homenagem a este homem resoluto, franco, lutador e semeador de afectos. -----

-----Também sei que a Câmara Municipal cumpriu já os mínimos exigidos (3 dias de luto), eu sei isso, mas não seria Senhor Presidente da Câmara de erguer num canto qualquer da nossa terra que é de todos nós, alguma coisa que perpetuasse a memória do homem, do seu trabalho, em prol deste Concelho? Um busto, uma lápide que seja, Moncorvo ficaria mais rico porque é de riqueza que se trata quando somos gratos e justos com a história. Bem-hajam. -----

-----**Deputado António Martins** (Coligação PSD/CDS), Presidente da Junta de Freguesia da Lousa:

-----Atendendo a que o Regimento o permite, eu queria propor e disponibilizar a minha freguesia para a realização da próxima Assembleia Municipal. -----

-----**Presidente da Mesa:** Senhor deputado, efectivamente o Regimento prevê que as sessões da Assembleia Municipal possam realizar-se fora dos Paços do Concelho. Eu acho que poderia ser um gesto de descentralização e até de democracia. Não sei se isto tem constrangimentos técnicos, gostaria de colocar essa questão à consideração dos senhores deputados, não colocar já a votação porque alguém pode querer intervir sobre o assunto, mas deixar isto em aberto. -----

-----**Deputado Luís Dias** (Coligação PSD/CDS): Na última Assembleia eu pedi que nesta Assembleia se eliminasse os títulos das pessoas sem ser o título de membro desta Assembleia, e vinha por este meio propor isso mesmo à votação. -----

-----**Presidente da Mesa:** A questão dos títulos é algo que me é caro, porque eu desde a primeira hora entendi que ser deputado desta Assembleia é muito mais importante do que qualquer outro título académico quando estou aqui. -----

-----Por outro lado, assiste-se por todo este país efectivamente um deixar cair dos títulos. Eu acho que é uma atitude muito republicana a igualdade entre todos, o voto igual desta Assembleia. Da minha parte subscrevo essa proposta e gostaria que os senhores deputados também se pronunciassem sobre ela, e gostaria também de deixar para o final a votação caso haja e ouvir outras intervenções que possam surgir sobre o assunto. -----

-----**Deputado José Aires** (PS): Em primeiro lugar queria desejar um bom dia a todos os deputados, cumprimentar a Mesa e o Executivo presente na sala e também dar os parabéns pela eleição no passado mês de Setembro de 2013, uma vez que é a minha primeira vez nesta Assembleia Municipal. -----

-----Portanto, eu entendi intervir agora porque tenho várias questões que eu acho efectivamente que são relevantes para o Município, não sou só eu que o digo mas também alguns eleitores com quem tive oportunidade de contactar e que me referiram algumas preocupações. -----

-----Relativamente aos assuntos iria começar por falar no Conselho Municipal de Juventude. Eu enquanto membro desta Assembleia neste momento, mas enquanto cidadão sou militante de um partido político, e em primeira instância fui militante de uma juventude partidária e, portanto, foi essa juventude partidária que a nível nacional levou essa questão através de um deputado na Assembleia da República, ao Parlamento, pelo que a questão do Conselho Municipal de Juventude foi aprovada, a legislação já foi revista e, portanto, implica que todos os municípios tenham Conselhos Municipais de Juventude. Recordo que o deputado Luís Ricardo Ferreira trouxe essa questão na Assembleia de fevereiro a esta casa, tendo sido aprovada por unanimidade. Sei que também consta do programa apresentado pela Coligação quando se propôs governar o município para estes 4 anos, fazia também parte do nosso programa político, é um instrumento necessário para implementar novas políticas de juventude para corresponder aos anseios dos jovens deste Concelho, e queria saber o que é que já foi feito nestes meses, em que pé está, se efectivamente já foi criado o Conselho Municipal de Juventude. -----

-----Outra questão diz respeito às análises da qualidade da água que são obrigatórias, ou seja, todos os trimestres deve ser apresentado um relatório em relação ao controlo da qualidade da água, lembrando que durante muitos anos isso foi um ponto de honra da Coligação precisamente nesta Assembleia, e tanto quanto sei ainda não foi tornado público o relatório do 1.º trimestre de 2014, pelo que pedia ao Executivo se o tivesse que o pudesse desde já facultar também a este grupo parlamentar e que o mesmo fosse publicado para informação dos cidadãos. -----

-----Depois, uma questão que acho que é preocupante tem a ver com a “recolha de lixo”. Efectivamente sei que houve um contrato de longa duração com uma empresa privada para a prestação desses serviços que é a FOCSA através da Associação de Municípios do Douro Superior, esse contrato depois foi prolongado, provavelmente será prolongado novamente ou então será feito novo contrato onde será aberto novo concurso, mas a questão é que nesta altura existe um contrato que responsabiliza a empresa e a obriga à lavagem regular dos contentores de lixo, e tem havido pelo menos de alguns cidadãos que me contactaram algumas queixas no sentido de que alguns contentores não estarão a ser lavados ou não são lavados com a devida frequência. Eu não sei efectivamente a quem é que compete fiscalizar se esse serviço está a ser executado ou não, não sei se o Município também já recebeu mais queixas nesse sentido, mas queria chamar a atenção uma vez que é com a chegada dos dias quentes que começa a aparecer os maus cheiros e os aspectos relacionados com os problemas que daí derivam. -----

-----Depois, sei que a Câmara efetuou um contrato de arrendamento relativamente ao Museu da Fotografia, sendo uma mais-valia para o Concelho trazer esse equipamento para a gestão municipal, e gostaria que o senhor Presidente nos pudesse informar qual é o tipo de contrato e o valor da renda paga pelo município. -----

-----Outra questão que também gostaria de ver aqui explicitada é em relação aos antigos prédios do GAT que são hoje em dia de gestão municipal, prédios esses onde eu morei muitos

anos também, sei que alguns desses apartamentos foram cedidos ao Centro de Saúde, e sei que neste momento há um apartamento que foi cedido ao Padre Victor, e queria saber quem é que cedeu o apartamento ao senhor Padre e quanto é que paga de renda. -----

-----**Deputado António José Salgado** (Coligação PSD/CDS): Eu queria alertar para duas coisas, em primeiro lugar, se havia um bocado de atenção em relação aos cães, porque tem sido um pandemónio ali na Corredoura, um cão castanho e um malhado, a morderem os munícipes. Sei que a Veterinária esteve de licença de maternidade, mas de qualquer maneira a ver se resolvem o problema porque está a ser complicado. -----

-----Em segundo lugar, naquele terreno que é da Câmara e que está posterior ao Centro de Saúde, se o mandavam limpar pois está com erva enorme. -----

-----Outro ponto tem a ver com as piscinas, uma, se conseguiam evitar que os miúdos saltassem durante a noite pela parte lateral das Piscinas (pelo portão de acesso à parte da cozinha); a outra, como é que ficou a história daquela vedação que desapareceu ou foi destruída e se vão fazer novamente ali alguma proteção ou não. -----

-----**Deputado António Lopes** (PS): Senhor Presidente, antes de mais nada, na minha primeira intervenção não dei os bons dias à Assembleia e peço perdão por isso, mas era só para referir que gostei da proposta do meu camarada de armas e membro desta Assembleia também mas, eu se calhar ia um bocadinho mais longe, não sei se isso será possível também, e porque não fazer uma Assembleia destas fora do município, sei lá, no Porto, por exemplo, no município onde eu vivo? Até que ponto isto é viável e até que ponto isto seria... é complicado eu sei, mas fica aqui a ideia porque a ideia de descentralizar agrada-me. -----

-----**Presidente da Mesa**: Muito obrigado senhor deputado, não sei se será muito espírito municipal enfim... estender para fora do território. -----

-----**Deputada Magali Amador** (PS): Relativamente à proposta da realização da Assembleia Municipal na freguesia de Lousa, eu iria mais longe que era alternar, e então que se estipulasse que as Assembleias fossem realizadas em cada uma das sedes de freguesia. -----

-----**Presidente da Mesa**: A ideia será essa senhora deputada e, portanto, se estou a entender o espírito é que a próxima reunião seja feita na Lousa, e estamos abertos a propostas dos Presidentes de Junta, ou seja, cada Presidente de Junta poderá candidatar-se e obviamente só os Presidentes de Junta é que o poderão fazer para a realização das Assembleias, e sempre que elas sejam possíveis realizar-se-ão. -----

-----**Deputado Afonso Alagoa** (PS), Presidente da Junta da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos: -----

-----Eu não estou contra a ideia, mas o que vai acontecer é que todas as Juntas de Freguesia depois querem que uma sessão da Assembleia seja realizada na sua freguesia. O apoio logístico é evidente que tem que ser feito pela Câmara, a Câmara é que tem que suportar essas despesas, portanto, o Senhor Presidente da Câmara que se pronuncie sobre isso. -----

-----**Presidente da Mesa:** Senhor deputado, a eventual aprovação desta proposta pressupõe que sejam reunidas condições técnicas. Se elas não forem reunidas obviamente que a proposta não seguirá. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara pronunciar-se-á a seu tempo. Nesta altura compete a esta Assembleia deliberar, há um condicionante, questões técnicas, com certeza, não é da competência desta Assembleia, portanto, a Assembleia não se pronuncia sobre ela mas deixa condicionada a eventual aprovação a essas condições técnicas. -----

-----Então a proposta será esta: “Proponho que as reuniões da Assembleia sejam feitas rotativamente nas sedes das Juntas de Freguesia sob proposta dos senhores Presidentes de Junta, sendo que a primeira, desde que haja condições técnicas, seja feita na Lousa”. -----

-----Submetida à aprovação, foi aprovada por maioria, com **vinte e dois votos a favor e cinco abstenções** dos deputados do grupo municipal do Partido Socialista. -----

-----Continuando, **o Presidente da Mesa** disse: Mesmo que não seja um procedimento da Câmara Municipal, há uma proposta para que nesta Assembleia sejam abolidos os títulos académicos. É uma proposta que eu vejo com muito carinho, porque como digo o mais importante aqui é a mostra da igualdade que existe entre nós, e não há nada mais importante dentro destas paredes do que ser deputado municipal, obviamente para além do nosso próprio nome que é a nossa própria identidade. -----

-----Tomou a palavra o **deputado José Aires (PS)** e disse: Só agora é que tomei conhecimento do Regimento da Assembleia que diz, as sessões da Assembleia Municipal têm habitualmente lugar no edifício dos Paços do Concelho. -----

-----Por razões relevantes, as sessões poderão decorrer noutra localidade dentro da área do município, portanto, cumpre o n.º 2, mas diz que, a convocação da sessão nos termos do número anterior, depende de decisão do Presidente da Assembleia, ouvidos os restantes membros da Mesa e, portanto, depende de si essa vontade. -----

-----Respondeu a esta questão **o Presidente da Mesa** e disse: Com certeza, mas também depende de mim a vontade de ouvir os deputados municipais. Eu sentir-me-ei mais confortável se isto for a vontade de todos, não faria sentido que o Presidente da Mesa tomasse uma decisão à revelia de toda a Assembleia. Acho que não seria democrático, no mínimo. -----

-----Usou da palavra **o deputado José Aires (PS)**: Obviamente. Agora, o que eu digo é que depois dependerá de si decidir essa agenda. -----

-----Respondeu a esta questão **o Presidente da Mesa** e disse: Mas a agenda é simples, eu ficarei aberto a todas as propostas. -----

-----Seguidamente **o Presidente da Mesa** submeteu à votação a proposta de acabar com os títulos académicos dos eleitos, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com **vinte e seis votos favor e uma abstenção** do senhor deputado António Júlio Andrade (PS). -----

-----A partir de agora os membros da Assembleia deixarão de ser tratados pelos seus títulos académicos. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** e disse: O Senhor Presidente da Câmara passa a estar formalmente aqui, felizmente esteve presente durante o período de “antes da ordem do dia” e teve oportunidade de anotar algumas questões. O Regimento prevê um tempo para a sua intervenção, mas eu acho que é lógico e justo que esse tempo seja alargado para poder responder a algumas questões que foram aqui colocadas. -----

-----Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que referiu: -----

-----Antes de mais acolher, porque também o fizemos, a intervenção e a saudável iniciativa de homenagem ao engenheiro Aires Ferreira, obviamente que nós tivemos o cuidado de dizer no próprio dia e não foi fácil, como é óbvio, como disse a senhora deputada Fátima Gonçalves, foi uma madrugada e uma manhã complicada aqui no concelho, de decretarmos três dias de luto e também pormos à disposição o município para tudo o que fosse necessário. -----

-----Queria recordar o que às vezes alguns se esquecem, a casa da democracia de Moncorvo é esta Assembleia Municipal, não são os blogs, é aqui que se devem dizer as coisas, é aqui que devemos ser confrontados, porque aqueles que nos elegeram que estão lá fora querem que nós assumamos as nossas posições aqui, não é através de blogs com nomes fictícios ou com nomes verdadeiros, é aqui e, portanto, agradeço aquilo que disse cansada e queira sentir que não foram palavras que caíram no vazio. -----

-----Há muita gente que se esquece da relação que eu tinha com o engenheiro Aires Ferreira, e para mim é mais difícil ainda porque fui a última pessoa a falar com ele. Ele teve o cuidado de me telefonar e naquilo que hoje eu entendo que era uma despedida, falámos de algumas coisas e combinámos um café para o dia seguinte, portanto, é para mim muito difícil quando tive as últimas palavras com ele. Não quero falar sobre o conteúdo das mesmas, foram pessoais, o que eu lhe disse a ele, o que ele me disse a mim, ficará entre nós dois. -----

-----Há muito tempo que eu vinha reunindo com o engenheiro Aires Ferreira para propor a esta Assembleia Municipal o nome de uma avenida. Quis fazê-lo na segunda sessão da Assembleia Municipal e o engenheiro Aires Ferreira o que mais me pediu foi que não queria uma rua, e se lhe acontecesse alguma coisa, a última coisa que ele queria era flores, portanto, a minha não presença ali quando depuseram as flores junto à Fonte na Praça Francisco Meireles, foi porque sabia que ele não as queria. -----

-----Quanto à rua que era esse o meu propósito, a rua estava escolhida, foi a última a ser delineada por ele, é a avenida que vem das piscinas a dar ligação ao Centro de Saúde. Acho que não pode ser um beco qualquer e não pode ser um lugar esconso, tinha que ser um lugar com dignidade, porque independentemente da filosofia política dos interesses, eu fui o primeiro a escrever que ele era um homem bom, está em ata que o considerava juntamente com o

presidente de então de Mirandela, como um homem honesto e que viveu para a política, não serviu a política, são palavras minhas logo na tomada de posse do já agora longínquo mandato anterior, último mandato do engenheiro Aires Ferreira. Portanto, cabe-nos a nós também aqui fazer uma coisa, ou respeitamos a palavra dele, e se repararem em 27 anos ele não tem uma única placa de inauguração, não quis ter, ou deliberamos aqui nós, mas somos nós, não é a vontade dele, e escolhemos um local com dignidade. -----

-----E quanto ao engenheiro Aires Ferreira, teria muitas coisas que poderia dizer-vos aqui, estávamos em plena campanha há quatro anos atrás e o engenheiro Aires Ferreira tinha decidido divorciar-se, telefonou-me para casa e fomos os dois falar como é que seria a melhor forma de fazer o divórcio, isto também ninguém sabia, e fomos apanhados num lugar os dois a conversar e alguém tirou uma fotografia, fotografia que depois foi enviada para mim e para ele. Isto é só para verem que as questões pessoais não tinham nada a ver com as políticas, e se todos sentiram mágoa, obviamente que eu também a senti e mais como Presidente de Câmara que lhe sucedeu, mas a vida é assim e temos que continuar alvos de críticas como ele foi, e alvo de louvores como ele também foi, e fiz questão de não mexer em nenhum objeto que ele tenha deixado na Câmara e estão todos no gabinete juntamente com a mobília que era do município mas que ele utilizou durante estes anos, está ali tudo, nem apagar a memória de ninguém, pelo contrário, vêem que remodelámos este Salão Nobre e demos dignidade a todos os presidentes. Já não concordo senhora deputada, quando diz que fizemos os mínimos, outros presidentes de câmara morreram e nunca foi decretado luto e, portanto, não é o mínimo, acho que é uma questão de dignificar a pessoa, e também fizemos um minuto de silêncio na Câmara com uma sentida homenagem que foi feita pelo eng.º José Aires com quem ele partilhou 27 anos de poder autárquico. Isto não nos impede que durante estes anos e já são alguns, recordo, que já estive três vezes como vereador e duas vezes como representante da Assembleia Municipal, portanto, já são alguns anos também, tivemos as nossas divergências como é óbvio, mas sempre com o sentimento de respeito, que era aquilo que eu gostava que quando saísse daqui, que todos pudéssemos ter um respeito mútuo por opiniões diversas e por opiniões contrárias, quer em termos políticos, quer em termos pessoais, mas sempre com esse respeito e, portanto, isto para dizer àqueles que são frequentadores de blogs que não verão o Presidente da Câmara dizer o que quer que seja sobre qualquer comentário. Os comentários que são feitos são feitos aqui, as explicações são dadas aqui. -----

-----Entrando agora em algumas das questões que nos foram colocadas. O Conselho Municipal de Juventude, foi aprovada uma moção na qual a Câmara não estava presente e à qual foi dada um título que não está previsto no Regimento. Independentemente disso, esta moção apresentada pelo Partido Socialista e aprovada por unanimidade, não é uma novidade e muito menos a primeira vez que foi discutida em Assembleia Municipal. Sempre foi vetada pelo anterior Executivo e isto não estou a dizer por dizer, está em atas, e a primeira pessoa a trazer o assunto aqui foi o senhor deputado Nuno Costa. Apesar de estar mal elaborada a moção devia já ter trazido quem é que tinha sido ouvido nos termos da legislação em vigor antes de vir à Assembleia Municipal. Mesmo assim, a Câmara Municipal, porque também constava do nosso programa, como muito bem disse, teve oportunidade de reunir com as associações de

estudantes e debater esse tema com a direção da AJUM, e marcou recentemente uma reunião com o Agrupamento de Escolas, o que quer dizer que o trabalho está a ser feito e nós temos todo o interesse que o Conselho Municipal de Juventude seja uma realidade no concelho, até porque eu já estive do lado em que está agora e provavelmente com a sua idade e sei bem a dificuldade que às vezes era para trazermos ideias novas. Portanto, o Executivo está a trabalhar nisso com sustentação legal, estamos a fazer todas as démarches junto de quem tem que ser ouvido para depois apresentamos em reunião de Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal. -----

-----As análises trimestrais da qualidade da água, não sou eu que tenho o pelouro, mas ao contrário do senhor deputado que estará dentro do assunto, eu posso informar é que neste momento estamos a passar por um verdadeiro problema, porque a Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR) juntamente com a Águas de Portugal estão a tratar da verticalização, está a ser ouvida a ERSAR em termos de custos quer de pessoal quer de infraestruturas que existem em cada município, e nós temos que enviar para lá todas as análises. Mas ao contrário do que era no anterior Executivo e cujo vereador responsável era o eng.º José Aires, nomeadamente, trazia logo a entidade competente juntamente com os valores da Autoridade de Saúde (Centro de Saúde), neste momento estamos à espera que a ERSAR nos envie o relatório trimestral, ou seja, da nossa parte Executivo está feito, aliás, isso foi dito na última reunião de Câmara, só que não vamos inventar valores nem vamos certificar pela ERSAR. Estão aqui alguns senhores deputados que devem recordar-se disto, houve uma altura que quisemos colocar nas fontes um dístico a dizer “água imprópria para consumo”, e não foi aceite, não tínhamos maioria, não se colocou nas fontes, mas nós agora e de acordo com todos e por causa deste problema já decidimos que alguns fontanários irão ter esse dístico, não dizemos que está imprópria para consumo, mas dizemos que a “água não está controlada”, porque neste momento chegamos ao cúmulo e só ao correr da pena, a ERSAR quer saber quanto gastamos com os funcionários afectos às águas para verem se podem entrar para a ERSAR e fazer uma tentativa de ficarem com os funcionários da Câmara por metade. Obviamente que isto tem outros contornos, os contornos é quererem privatizar por completo a água. Portanto, respondendo concretamente à sua pergunta, a ERSAR ainda não nos enviou o relatório trimestral, nós temos insistido semanalmente com eles, ainda na semana passada disseram que estaria esta semana pronto para ser apresentado e tornado público, o que é certo é que até hoje ainda não chegou nada. -----

-----Quanto à recolha do lixo, se o contrato vai ser prolongado ou não, não sabemos, isto é, a Câmara aqui não tem nenhuma responsabilidade, como sabe isso é com a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, mas vou lembrar-lhe uma coisa porque é que estamos nesta questão agora. A FOCSA foi a primeira entidade no longínquo ano já de 2002 de iniciar o contrato com a Câmara, e em vez de ser a Câmara passou-se para a AMDSFE e bem, pois potenciava um trabalho em todos os municípios e a um custo inferior. Depois de muitas negociações entrou Torre de Moncorvo e Mogadouro. Freixo de Espada à Cinta e Vila Nova de Foz Côa ficaram de fora, e só em 2007, é que há uma alteração do contrato para permitir a entrada dos dois municípios. Entram os dois novos municípios e o que

é que acontece, passados dois anos do visto do Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas vem dizer que é ilegal o contrato que foi feito e porquê? Porque houve uma alteração substancial do contrato (como fez a pergunta sei que percebe isto) e não só formal, o que impedia que fosse realizada uma renovação e tinha que haver uma contratação pública para um concurso internacional. O que é que acontece? O Tribunal de Contas multa pessoalmente os presidentes que assinam aquele acordo, como nós estávamos na Assembleia, não estávamos na direção, não fomos multados, mas o Presidente da Câmara de então de Mogadouro e o Presidente da Câmara de então de Freixo de Espada à Cinta, foram multados pessoalmente pelo Tribunal de Contas, dizendo, este contrato é ilegal e isto não pode ser feito. Em Julho de 2013, portanto, no mandato anterior, os quatro Presidentes de Câmara assinam uma carta enviada à FOCSA que é uma verdadeira preciosidade jurídica, dizendo, primeiro parágrafo: não estamos na disposição de renovar contrato; segundo parágrafo: no entanto, estamos abertos a entrar em negociações. Ou uma coisa ou outra. Posso dizer-vos a primeira vez que tive acesso a essa carta disse que aquilo era uma aberração jurídica porque é. Se denunciarmos não estamos abertos a negociações. E depois, temos outro problema, o que é que vamos fazer? Já temos uma decisão sobre uma ilegalidade, vamos prorrogar o contrato ou vamos por outro lado fazer com que haja um concurso internacional? Foi entendimento, ainda não sei se está certo, depois houve uma série de pareceres legais uns a dizer que podia haver prorrogação e outros a dizer que não, e estamos neste momento em princípio para elaborar o caderno de encargos para um novo concurso internacional, o que leva a algumas questões, normalmente um concurso internacional com os montantes que estamos aqui a falar para a recolha do lixo, terá, no mínimo e a correr tudo muito bem entre seis a nove meses. A FOCSA termina o contrato no final deste ano, o que quer dizer que a própria legislação dos concursos internacionais permite que para haver salvaguarda do interesse público possa haver ajustes directos até ser adjudicado a uma nova entidade. Agora, também temos que ver se a FOCSA quer ou não, porque a FOCSA também diz assim, não, não, então nós temos aqui uma carta a dizer que salvo se houver negociações e nós escrevemos dentro do prazo a dizer que queríamos entrar em negociações, como é que vocês vão fazer isto? E tem alguma lógica. A FOCSA é uma entidade privada, e neste momento o que eu vos posso informar é que toda esta panóplia de problemas está a ser porque nós somos uma parte entre cinco, mas quatro é que decidem, porque o município de Miranda do Douro continua a ser membro integrante da AMDSFE, mas não paga as quotas nem se faz representar, mas o próprio Regulamento diz, que enquanto não pagar as quotas não pode sair. São estas coisas. Portanto, esse é um assunto que está a ser tratado nos locais próprios da AMDSFE. Por isso, quando me diz que provavelmente vai ser prolongado, não sei se vai. O contrato vai ter que ser de alguma forma elaborado, se é com a FOCSA se é com outro, não sabemos. Agora, este contrato prolongado para já não é para ser prolongado. -----

-----Lavagem de contentores é uma das coisas que se fala, é verdade, posso dizer-vos que os Presidentes de Câmara da AMDSFE, já fizeram algumas démarches, nomeadamente com uma viatura descaracterizada no percurso Moncorvo – Mogadouro – Moncorvo, para ver se eles fazem a lavagem. O que é certo, eu não digo que correu bem naquele dia, digo que não os

conseguimos apanhar naquilo de que fomos informados que não faziam as lavagens. Agora, a FOCSA também diz, vamos todos ver e vamos fazer as lavagens, o que eu posso dizer há em determinados sítios que as pessoas andam com o balde, no inverno as cinzas quentes é um problema que temos, e a FOCSA também se resguarda nisso, não, nós fazemos. No novo contrato e no novo caderno de encargos um dos problemas que está a ser mais trabalhado é a lavagem de contentores. Agora, de todas as vezes que fomos chamados sobre isso nunca conseguimos provar que eles não fizessem isso e, mais, nomeámos uma pessoa para ir fazer também a contabilização lá em baixo nas balanças e nunca conseguimos apanhá-los, pelo contrário, muitas vezes vinham valores inferiores àqueles que entravam para nós pagarmos. A verdade é esta. Eu não ponho as mãos no fogo por nenhuma empresa como é óbvio, o que é certo é que em termos de fiscalização a AMDSFE nunca conseguiu fazer isso, e quando me pergunta de quem é a fiscalização está respondido, é da AMDSFE, e o funcionário que está com isso é dos quadros da AMDSFE que é o Dr. Nuno Trigo que até penso que é de Poiares – Freixo de Espada à Cinta, é ele o responsável da AMDSFE na relação contratual com a FOCSA. -----

-----O contrato de arrendamento do Núcleo Museológico da Fotografia do Douro Superior, foi através de um protocolo que foi aprovado e assinado no dia 19 de Março, com a renda mensal de 500,00€. -----

-----Casas do GAT. Anda aí uma polémica por causa do Padre Victor estar instalado numa casa do GAT. É verdade que está, é numa das casas que a Câmara cedeu (duas) ao Centro de Saúde e que é temporário, mal venha um médico o Padre Victor tem que sair, e isto foi uma questão que foi levantada e que temos de uma vez por todas de esclarecer. Independentemente da religião dele vamos olhar para a pessoa, é importante em termos da juventude como catalisador de jovens? Isso é uma pergunta que eu faço. Havia uma questão aqui para ser resolvida, ele estava na Casa Paroquial, depois a Casa Paroquial entrou em obras, e nós acedemos que ocupasse uma das casas que estão cedidas ao Centro de Saúde. Mal um médico regressar, o Director do Centro de Saúde telefona, e ele sai. Agora, uma coisa que nós fizemos também foi andar à procura de quem é que tinha chaves de andares devolutos, e ficámos espantados com algumas pessoas que tinham chaves de andares devolutos, mas como elas não estão aqui presentes nem quero dizer quem é que elas são, mas basta dizer que estiveram lá anos e anos, umas com serviço outras sem serviço. Mas está resolvido também nessa parte. O senhor Padre não paga renda, porque está cedida ao Centro de Saúde, se tivesse que pagar renda era ao Centro de Saúde. -----

-----Quanto aos cães, efectivamente é um problema, a senhora veterinária esteve de licença de maternidade, já regressou ao serviço, estamos a tentar ver essa situação. Esse cão especificamente, na Corredoura, já foi apanhado duas vezes e foge. Não sabemos quem é o dono, estamos a tentar que esteja naquele período de adoção, que neste momento só para finais de Dezembro é que teremos novamente a possibilidade de levar uma série de cães para aquelas associações alemãs que estão a cooperar com a Câmara Municipal. -----

-----Quanto ao terreno junto ao Centro de Saúde será tomado em linha de conta, irei falar com o próprio encarregado para ver se na próxima semana começamos a fazer essa limpeza. -----

-----Na parte das piscinas vou deixar que seja o senhor vereador do pelouro para fazer essa abordagem. -----

-----Ainda para dar conta de duas notas. A realização das sessões da Assembleia Municipal fora do concelho não está prevista e é ilegal, porque a discussão é dos problemas do concelho. Alguns senhores deputados também se devem recordar que para fazermos passar a possibilidade das sessões da Assembleia Municipal serem realizadas nas juntas de freguesia do concelho, não foi à primeira nem à segunda. Eu sei isto porque era o primeiro subscritor, foi chumbado sempre, e como é que passou? Foi numa alteração ao Regimento que depois nunca foi vertida para a alínea que estava, então ia-se sempre buscar a deliberação. Só neste último Regimento é que se conseguiu de alguma forma dar aí essa roupagem jurídica. -----

-----Quanto às questões levantadas pelo Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos, tem lógica que seja a Câmara a assumir, mas isto tem que ser no sentido da descentralização, porque eu estou certo que na sua própria freguesia haverá pessoas que querem de alguma forma assistir para verem o que é uma Assembleia Municipal. Agora, vamos também ter razoabilidade nisto, temos que ter condições: primeiro, sítio para as realizar e que a Junta disponibilize essas condições e, depois, em termos desta parafernália de instrumentos de certeza que a parte da informática isso se consegue fazer, e nós comprometemo-nos, obviamente com a colaboração da junta a ir lá. Mais, penso que poderíamos fazer o seguinte se estiverem de acordo, excepto para a junta de freguesia onde for a realização, mantinha-se o encontro aqui e seria o autocarro municipal a transportar os senhores deputados juntamente com o executivo ao local onde fosse efectuada a reunião. -----

-----Quanto à outra questão do Sr. Presidente da Junta de Urros, efectivamente a redação não é a melhor. Eu quando saí da sala não foi por desrespeito à Assembleia até porque era um período em que o executivo nem terá que estar presente, e peço desculpa por ter feito esperar, mas fui ver no calendário quando é que tinha sido marcada a reunião e foi dia 25. Portanto, dia 20 de março, houve a reunião para sabermos como é que deveria ser tratado em termos protocolares; dia 21 de março, reunimos com a Santa Casa da Misericórdia e depois com o Centro de Saúde; e dia 25 de março, é que houve a reunião com os presidentes de junta. É essa a data que falta. Agora, uma coisa também saliento, aquando destes termos estava aí sentado no seu lugar exactamente o Sr. Basílio Lázaro e não disse nada. Da sua parte poderá haver, as explicações foram dadas por terceiros e eu verti para a ata aquilo que terceiros tinham dito, não sei se conseguiram contactá-lo ou não, o que é certo é que em tudo o que falámos do Sr. José Fernando e do Sr. Basílio, ele estava aí e não disse que não. -----

-----Tomou a palavra o **deputado Afonso Alagoa (PS)** sem o uso do microfone. -----

-----Retomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** referindo: Sim, mas eu isso não ponho em causa, eu só falei dos contactos que houve. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Sr. Vereador Victor Moreira** que referiu: Em relação às piscinas, a questão do portão realmente é um problema que já está identificado há bastante tempo, falta a parte técnica de apoiar aquilo, se havíamos de fazer com arame farpado e que podia trazer danos a quem tentasse saltar, porque na área envolvente não é fácil colocarmos ali uma vedação definitiva, mas estamos a estudar a melhor maneira. -----

-----Em relação às grades de palha que estavam ali neste último ano, estavam lá só para evitar pessoas de tirar fotografias e é do que se trata, porque há sempre pessoas familiares que se chegam ali à beira para chamar outros familiares, e nós optámos este ano por pedir um orçamento para a colocação de grades definitivas em aço inoxidável iguais às existentes no piso anterior, ou seja, para manter a segurança mas essencialmente para evitar as fotografias de pessoas alheias ali às piscinas. -----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** e disse: Sr. Presidente da Câmara, na prática o senhor acabou por responder às questões que estavam em aberto, e pedia-lhe então que fizesse a sua intervenção relativamente à atividade municipal. Muito obrigado. -----

-----**Presidente da Câmara:** Como podem ver pelo relatório foram os pontos que o executivo entendeu serem os mais relevantes para trazer ao conhecimento da Assembleia Municipal, qualquer pergunta que nos queiram fazer sobre estes pontos ou outros, nós responderemos, mas gostaria de salientar uma coisa, o mês de Maio dedicado a Constantino Rei dos Floristas, foi uma iniciativa que possibilitou o contacto intergeracional desde crianças dos 6 anos até idosos de 98 anos. Tenho a agradecer aqui publicamente às associações culturais, recreativas e sociais, escuteiros e agrupamento de escolas, que foram elas que fizeram este trabalho fabuloso, e não foi gasto dinheiro que é o mais importante, gastou-se 900,00€ para se comprar o papel, e com isto conseguimos atrair tal como com as cascatas agora em Junho, a Comunicação Social para vir ver a nossa terra, porque isto também é importante salientar, nós neste momento estamos com cerca de 2.000 visitantes no CIT (Centro de Informação Turística). Não quero dizer que não andem mais em Torre de Moncorvo, mas os que vão ao CIT para visitarem o Museu da Fotografia, o Museu de Arte Sacra, a Casa da Roda, estão cerca de 2.000 visitantes, mas para isto também é preciso criarmos nas pessoas esta visão, em Moncorvo cada mês tem um tema, Julho será a “festa das migas e do peixe do rio”, cada um tem um tema para conseguirmos atrair cá a população. Agora, o trabalho é feito à cana, é óbvio, é preciso pescar quase pessoa a pessoa, porque Moncorvo apesar das acessibilidades ainda está longe para muitos e temos que a dar a conhecer, tem é que ser sem gastos e principalmente com custos muito controlados. -----

-----Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes senhores: -----

-----**Deputado António Lopes (PS):** Antes de mais eu agradeço a informação do Sr. Presidente, porque de facto foi uma ideia que surgiu assim de repente, de descentralização. Desconfiava que seria muito difícil em termos legais de fazer isso, mas agradava-me, quer dizer, já que o Porto não vem aqui, porque não vamos nós ao Porto. -----

-----Relativamente à atividade camarária, hoje, ao passar aqui não pude deixar de olhar a intervenção nas muralhas do Castelo, e sendo uma obra em património classificado obviamente que exige que a intervenção seja controlada por técnicos e serviços competentes, e queria questionar o Sr. Presidente nesse sentido se efectivamente isso está a ser, porque o património é a nossa identidade que está aqui, não estou a dar lições a ninguém, mas é uma coisa que me toca muito sinceramente nesse aspecto. Obrigada. -----

-----**Deputado Luís Dias** (Coligação PSD/CDS): Ainda no continuar das obras nas muralhas, eu gostava de propor ao Sr. Presidente, já que é aqui ao lado, se nos poderia acompanhar lá para as visitarmos. Já tinha comentado com o meu colega que me precedeu na intervenção que iria tentar criar essa visita, e gostava de saber qual a decisão do Sr. Presidente sobre isso. -----

-----Querida congratular o executivo pelo início da implementação da “Identificação Geográfica Protegida” para a amêndoa coberta de Moncorvo, visto ser um produto além de ser agrícola tem a parte da transformação agrícola, saímos do sector primário passamos para o sector secundário, algo que quase é residual em Moncorvo. -----

-----Ainda nesse sentido, queria saber se é possível o GAI – Gabinete de Apoio ao Investidor, já que iniciou um processo similar, pudesse fazer o mesmo processo para o canelão do Peredo dos Castelhanos. -----

-----**Presidente da Câmara:** Senhor deputado António Lopes, eu não vejo como descabida essa iniciativa que propôs. Agora, eu iria lançar outra que era Torre de Moncorvo vai estar presente na Loja do Turismo do Porto e Norte de Portugal, que fica junto a S. Bento, eu acho que aí seria o ideal para os senhores deputados e o próprio executivo, no dia da abertura estarem presentes para fortalecer...

-----Neste ponto o **Presidente da Mesa** interrompeu o presidente da câmara e disse: Que é quando senhor Presidente? -----

-----Continuando o **Sr. Presidente da Câmara** referiu: Ainda não sabemos, o Turismo do Porto e Norte de Portugal vai-nos fazer chegar esse convite, será dedicado a Torre de Moncorvo, na zona nobre da cidade do Porto, e aí eu acho que poderíamos marcar e estar todos presentes. Não seria uma Assembleia Municipal, mas seria uma forma de darmos um apoio até aos próprios produtores que vão estar lá naquele espaço. Portanto, eu não acho descabida, legalmente não o podemos fazer, mas podemos contorná-la para darmos aquilo que o senhor deputado quer fazer, se eles não vêm cá vamos lá nós para mostrar quem somos e como somos e, portanto, estou em completo acordo. -----

-----A intervenção no Castelo podem acreditar, é uma daquelas que me é mais cara em termos do que se pode fazer. É um projeto que já tem muitos anos, já nos habituámos a ver este buraco aqui há muitos anos também, e habituámo-nos a ver os tapumes lá atrás com os silveirais e o risco de incêndio que estava lá. Se bem se recordam, trouxe ao conhecimento desta Assembleia Municipal, a reprovação que a Direção Regional da Cultura do Norte teria dado numa ocasião e todas as démarches e negociações que foram feitas, atenção que foi em recurso que conseguimos ganhar para termos verba para Torre de Moncorvo, já foi em recurso



junto do Presidente da CCDRN, que manifestou o interesse e conseguiu fazer uma demonstração que as muralhas do Castelo de Torre de Moncorvo necessitavam urgentemente de uma intervenção, e tanto necessitavam que nós próprios fomos intimados pela Protecção Civil para termos que fazer alguma coisa na parte que fica ali onde hoje é o Restaurante “O Frango”, pois por trás estava como se costuma dizer uma barriga cada vez a aumentar mais para cair para a casa deles. Então juntamente com o apoio da Direção Regional da Cultura do Norte, com um técnico da DRCN presente 24 horas que é o Dr. Nelson Rebanda, um arqueólogo para realizar o PATA que não pode ser da DRCN e é o arqueólogo Dr. Rui Leonardo, está a ser acompanhada também pelo Dr. José Amaral que é o especialista da DRCN para estes fins, está tudo a ser elaborado, nomeadamente as massas que foram contratadas em termos de especificações pela arq.^a Ana Rodrigues que é a responsável do projeto, de forma quase científica, o que é necessário em termos de cal, o que é necessário em termos de xisto, tudo isso está a ser elaborado. Agora, eu não sei se já tiveram conhecimento, provavelmente essa pergunta até vem daí, uma senhora que chegou aí e disse que o que estávamos a fazer éramos todos uns criminosos, e é uma elite pensante que quando é para vir aqui promover os seus trabalhos científicos diz que é de Torre de Moncorvo, mas quando a Câmara não lhe quer editar as coisas já é de Braga. Ora, isso comigo e já disse aqui uma vez e volto a repetir, não é por partidos, é por Moncorvo, isso podem ter a certeza. Portanto, o que eu quero dizer é que tivemos uma solução da Direção Regional da Cultura do Norte que é a solução que estamos a preconizar, única alteração que nós propusemos à DRCN e que é a Câmara na totalidade a assumi-la em termos de pagamento e que foi aprovada por eles, fizemos uma desmatação às silvas e árvores, neste momento vai levar um herbicida, e contratualizámos ferronho (que é pedra de Moncorvo) para depois levar uma camada de dez centímetros em toda a área para a vegetação não brotar. Mas de qualquer forma antes disso tudo e antes de fazermos qualquer tipo de escavação, atenção, esta escavação já foi feita pela DRCN há oito anos atrás, ou seja, nós só estamos a atuar onde eles já fizeram trabalho, tudo levou uma manta de geotêxtil que é para se houver uma pedra ou migalha de areia que caia para cima sabe-se que foi desta intervenção que estamos a fazer. Portanto, está tudo a ser acompanhado pela DRCN, teremos hoje provavelmente aí o Dr. José Amaral, está tudo em conformidade com o que foi feito e, mais, tudo detalhado e catalogado, antes de qualquer intervenção enviamos fotografias, faz-se o relatório, envia-se para o Dr. Miguel Rodrigues que é o delegado adjunto que está a acompanhar, envia para cá, essa área pode ser intervencionada ou não. Claro que com esta intervenção descobriu-se lá desde um pórtico, uma calçada, que muitas das pessoas já nem se lembravam que existia ali e acho que é uma mais-valia para Moncorvo, mas está tudo a ser acompanhado como tem de ser e também é com fundos comunitários. -----

-----Quanto à visita terei todo o gosto, logo que o Sr. Presidente da Assembleia o queira fazer é quando quiserem, por mim estou disponível, os técnicos devem estar lá, temos é que ver se for à hora de almoço provavelmente a empresa que está lá fecha os tapumes que é ao meio-dia. -----

-----Quanto à “Indicação Geográfica Protegida”, isto é um trabalho que está a ser feito pelo município, não é visível, mas vai permitir-nos uma coisa, que a amêndoa coberta de Moncorvo não seja apropriada por ninguém. Já há uma série de falsificações como sabem, juntámos todos os produtores numa reunião aqui na Câmara, decidimos lançar isto, neste momento já está o logótipo também encerrado, está o caderno de encargos encerrado, vamos enviar já para a entidade que tem que aceitar este trabalho e depois damos essa “Indicação Geográfica Protegida”. Tenho a dizer-vos que é o concelho de Moncorvo, como pilar, e depois os vários concelhos que são produtores de amêndoa, como é óbvio. A segunda parte desta “Indicação Geográfica Protegida”, é ver se conseguimos trazer para aqui análises laboratoriais da própria amêndoa e da própria produção de amêndoa, queremos criar aqui um pólo, está a ser negociado com a UTAD e com o IPB. -----

-----Quanto ao canelão do Peredo dos Castelhanos tem toda a lógica, até porque Sr. Presidente se me permite dar esta informação, chegou agora a “Cátedra dos Sefarditas” que veio reconhecer que a casa denominada de Sinagoga foi mesmo uma Sinagoga, com uma contextualização diferente do resto do país, e dizem eles neste parecer que ainda não li na totalidade só vi as conclusões, tem uma coisa sui-generis, é que normalmente as mulheres ficam no piso de cima, mas a de Figueira de Castelo Rodrigo e a de Moncorvo, as mulheres ficavam no piso de baixo, e isto porquê? Por uma lógica, é que a água era ali que circulava e as mulheres ficariam sempre no piso da água e, portanto, é mais uma coisa que nós não sabíamos. Também fico contente por saber que alguma da bibliografia utilizada é de um membro desta Assembleia Sr. António Júlio Andrade, Maria Fernanda Guimarães e o Dr. Carlos d’Abreu que também é aqui citado, portanto, são moncorvenses que também deram o contributo para a “Cátedra dos Sefarditas” darem um parecer positivo e reconhecerem que Moncorvo, para além do que já sabíamos que um dos sete servidores do reino era aqui em Torre de Moncorvo, em 1412, agora temos a prova da “Cátedra dos Sefarditas” em como é uma “Sinagoga” e podemos potenciar o turismo. Portanto, isto para dizer o quê? É que uma das condições quando quisemos aderir à Rota das Judiarias era também a gastronomia, e um dos produtos que mais evidenciava esse período era o canelão do Peredo, também as amêndoas cobertas, mas o canelão do Peredo também e igualmente também num texto da autoria do Sr. António Júlio Andrade que remetemos para lá e onde já se fala no canelão, ele fala do canelão mas obviamente era o canelão do Peredo, portanto, é uma iniciativa que iremos ter em conta, mas agora em coordenação com a Rota das Judiarias e com a própria “Cátedra dos Sefarditas”. -----

-----E já agora aproveitava para dizer que no dia 12 de Julho vou levar a proposta a reunião de Câmara, já tinha dito aos senhores vereadores que estávamos à espera de um parecer da “Cátedra dos Sefarditas”, porque se fosse positivo que aquele imóvel era uma “Sinagoga”, iríamos avançar para a possibilidade de aquisição para não cair nas mãos dos privados e fazermos ali um Centro de Estudos Judaico, e se passar na reunião de Câmara, iríamos no dia 12 de Julho que está cá o professor Vasco Rodrigues a apresentar um livro sobre o Judaísmo onde é mencionado Moncorvo, e convém lembrar que o professor Vasco Rodrigues é um dos intelectuais que mais se tem debruçado sobre isto, para além de ele próprio apesar de ser da

Guarda se considerar um moncorvense, casou no Felgar, e se for aprovado dizia eu, iria propor caso os senhores deputados tivessem a oportunidade de vir de fazermos simbolicamente a apresentação lá na chamada Rua Nova e assinarmos o protocolo para aquisição da “Sinagoga” para o município. Caso seja aprovada esta proposta na Câmara Municipal, teremos muito gosto em ter os senhores deputados todos presentes. Obrigado. -----

----- **2.º Período de inscrições:** -----

-----**Deputado José Aires (PS):** Relativamente à atividade municipal e fazendo um apanhado daquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse, e na iniciativa de me esclarecer sobre determinados assuntos, portanto, também queria então saudar os esforços da autarquia no sentido da implementação do Conselho Municipal de Juventude, e dizer somente que embora conforme o Sr. Presidente da Câmara referiu, pudesse a moção apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista conter alguns pró-formas que não fossem aqueles que estão de acordo com a legislação. No entanto, dado que ambos os grupos partidários a aprovaram por unanimidade, acho que é essencial e estratégico para as políticas de juventude a implementação desse mesmo Conselho, queria caso seja possível que me desse uma ideia de quando estaria então concluído, uma vez que já iniciou contactos no sentido da sua conclusão.

-----Depois queria falar de um ponto específico que há aqui na informação prestada pelo gabinete da senhora vereadora Piedade Meneses – *acompanhamento do Canil com a recolha de animais abandonados e electrificação de uma parte exterior*. Portanto, o que eu queria saber é exactamente isso, não tenho obviamente a certeza porque não fiz parte de nenhum órgão nos mandatos anteriores, mas tenho uma ideia que o canil quando foi criado foi no sentido de ser um abrigo de animais e recolher canídeos abandonados e também com dono, que estivessem registados, e fosse um abrigo temporário para esses animais. Sei que a situação evoluiu provavelmente no sentido de se tornar efectivamente o Canil Municipal, não sei se já está registado como tal, se está concluído esse processo, mas também queria saber então qual é a postura da Câmara Municipal nesta questão, se efectivamente acham que deve ser um Canil Municipal e o que é que estão a fazer nesse sentido, e se possível uma data aproximada também da conclusão desse processo. -----

-----E depois queria falar ainda sobre o protocolo entre a Câmara Municipal, a Fundação Francisco António Meireles e a Faculdade de Arquitectura de Lisboa, que pelo que li foi também debatido na última Assembleia Municipal à qual não estive presente. Ou seja, eu sei que a Câmara tem efectivamente como é da sua competência elaborado diversos protocolos, e o que eu gostaria de saber é se e uma vez que existe um site específico para serem publicados eles não constam lá, se efectivamente vão ser disponibilizados para todos os cidadãos em geral e quando é que isso será possível. Basicamente é isso uma vez que não tenho noção do que é que consta nesse protocolo. -----

-----**Deputada Fátima Gonçalves (PS):** Eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara nos esclarecesse a todos relativamente à casa do senhor Padre. Foi-me dito no fim-de-semana que esta casa do GAT ou melhor a Câmara tem um protocolo com a Paróquia, eu achei que não

seria verdade, agora fiquei a saber que não é a mesma com a Administração Regional de Saúde, isso já é muito antigo mas muito antigo. O senhor Padre não paga renda, então? Era isso que eu queria saber. -----

-----Em relação aos blogs e às novas tecnologias estamos no século XXI, a própria Câmara Municipal tem um site e todas as Instituições têm site e é preocupante ver surgir blogs anónimos, cheira a défice democrático tal como escreveu o engenheiro Aires Ferreira nesse dito blog anónimo que eu também não sei de quem é, mas onde se diz ali muita coisa de pessoas que não podem falar em pleno século XXI é surreal não poder falar. Mais surreal ainda é eu saber que o Presidente da Câmara da minha terra, da minha idade, foi criado comigo, na Corredoura, é um democrata, e não aceita críticas em blogs, no facebook ou em redes sociais sejam elas quais forem. Todas essas redes sociais e toda a Internet é riquíssima para tudo, serve de ponto de encontro de talvez de todos os moncorvenses do mundo que querem saber o que se passa em Moncorvo, que não sabem. Eu estou na Maia e também não sei e se telefonar para este e para aquele também ninguém me diz. As minhas filhas estão em Moncorvo e dizem-me, mãe cala-te, isto é assustador para mim que sou democrata, que sou livre, que lutarei sempre por isso e sempre lutei e que nos anos oitenta não emigrei, resisti e fiquei, emigrou muita gente e agora foi tudo embora outra vez. Portanto, as redes sociais são só pura e simplesmente coisas construtivas que se podem dali tirar e que nos podem manter informados a todos. -----

-----Quanto aos cães, o Dr. Salgado sabe melhor do que eu, as pessoas devem chegar mordidas ao Centro de Saúde, e eu sei que há um canil para receber esses animais. Também sei que esses animais têm estado a ser abatidos, custa-me muito numa época em que toda a gente está a preservar os animais, tratam-se os animais como crianças, eu tenho uma gatinha e trato-a tão bem como tratava os meus filhos “salvo seja”, e sei que os animais são abatidos, ainda ontem vi uma fotografia de um cão lindíssimo que foi abatido no canil. Eu sei que a lei diz que se o animal estiver lá tempo a mais é para abater, mas penso que nós não temos tantos animais como isso. Tenham sensibilidade para não abater assim os animais, porque a política não é só números e casos e os animais também pertencem à vila. Há um cão aqui na vila que está sempre no “Bom Amigo”, sentado, só lhe falta beber uma cerveja no Coreto, e esse cão espero não vir a ter conhecimento que foi abatido. No Carrascal, fora a minha família há pelo menos 50 gatos, e toda a gente dá de comer um bocadinho aos gatos, mas é mais importante se calhar recolher esses animais, esses gatos, que de três em três meses têm mais cinco ou seis gatos, que aquilo já está de uma forma que não se consegue controlar. -----

-----Falou aí do ferronho que é típico de Moncorvo, sei que ali na Rua dos Sapateiros foi tapado um bocado com essa pedra, eu passei por lá e custou-me ver. Também sei que aquela pedra do Largo da Corredoura é uma pedra histórica, mas alguma coisa tem que se fazer ali, uns passeios, uns passadiços de cimento à volta ou uma coisa de madeira para que os idosos possam andar, porque os idosos caem ali frequentemente. Obrigado. -----

-----**Deputado António José Salgado** (Coligação PSD/CDS): Para ver se pomos ponto final na casa. O Centro de Saúde tem duas casas de função completamente mobiladas, uma está

ocupada pelo Dr. Luís Pereira e a outra estava vazia. Fui eu que cedi a pedido da Câmara para a casa ser utilizada, o recheio está tudo inventariado, a qualquer momento, está a decorrer um concurso, já estive para ser logo passados uns dias, e nesse caso a casa tem que ser entregue. Isto é para ficar esclarecido. -----

-----**Presidente da Mesa:** Sr. Presidente, não estando a senhora vereadora não sei se quer pronunciar-se sobre a questão do canil. -----

-----**Presidente da Câmara:** A senhora vereadora não pode estar presente porque hoje como sabem é o Encontro dos Idosos que é do pelouro dela e está a decorrer desde as 10h00 na Foz do Sabor, pedindo desculpa por isso. -----

-----Quanto ao Conselho Municipal de Juventude, como eu disse pedi agora a reunião com o Agrupamento, se bem que com as férias e as notas ainda não consegui ter uma data, e sem o Agrupamento não posso também fazer nada. Foi mais fácil para mim com as associações de estudantes e com a AJUM porque tinha reuniões marcadas já com eles e acabou por se falar ali quais as iniciativas e que entidades a ouvir, portanto, agora chegamos à parte do Agrupamento que há-de indicar também os seus representantes e havemos de ter uma reunião juntamente com o vereador do pelouro da educação, mas gostaria muito que na AM de setembro tivéssemos tudo delineado para aprovação. -----

-----Quanto ao canil, está a decorrer na Associação de Municípios do Douro Superior, um concurso para um canil intermunicipal para Moncorvo. A ideia é fazer um canil e um gatil no próprio espaço, a câmara de Moncorvo cede o terreno que já lá está e iríamos servir Vila Nova de Foz Côa e Freixo de Espada à Cinta, porque Mogadouro já é servido por Vimioso e Miranda do Douro, só que os canis intermunicipais são sujeitos a uma série de legislação, temos um problema também que quando candidatámos o projecto (que é da engenheira Beatriz) era quase de meio milhão de euros e mandaram para trás. Não, têm que reestruturar isto. -----

-----Não foi connosco a concessão, eu estou a rever a concessão com o Clube de Caça e Pesca, já reduzimos aos valores, não é só números, mas tinham que ser reduzidas algumas coisas porque se queremos ter o bem-estar dos animais, não podemos ter 20 ou 30 pessoas para estarem a olhar umas para as outras, temos que saber então se é para aplicarmos este dinheiro nos animais ou é para aplicarmos em pessoas. Isto tem que ser assim. O que se fez neste momento foi ver o que é que existia, e depois há uma coisa que eu também não concordo, se as boxes são do município porque é que hão-de estar alugadas a particulares, a quem pode pagar? Mas no protocolo está assim, não fomos nós que o fizemos, estamos a negociá-lo porque ainda não chegou o prazo de denúncia, só que eu fiquei estupefato quando a direção do Clube de Caça e Pesca me diz que oito boxes estão alugadas, mas as rações é a Câmara que as paga. -----

-----Só para verem o cuidado que nós temos com os animais, cada transporte fica-nos em cerca de mil euros, porque agora a associação alemã obriga-nos a levar os animais para Madrid e é a Câmara de Moncorvo que paga passaportes dos animais, toda a medicação e a parte que tem que estar de quarentena (tem que estar cá de quarentena, depois tem que estar lá), e isto num esforço para não abatermos os animais. Depois, a primeira associação alemã

com quem trabalhávamos agora está mais virada para a Roménia, mandavam-nos sempre fotografias dos animais com os novos donos e as condições onde eles ficavam alojados; agora, há dois meses que não nos mandam nada e por minha iniciativa, não do Executivo, por minha iniciativa notificámos a dizer que estavam suspensos até nos mandarem as coisas, porque prefiro tê-los aqui que sei como estão do que irem e não saber onde é que estão, e então eles ficaram de nos mandar essa informação. -----

-----Quando os animais vão temos o cuidado de levar uma carrinha, que seja um funcionário da Câmara a conduzir, que tenha tudo em dia, portanto, isso é um assunto que me preocupa e acho que a senhora deputada Fátima Gonçalves sabe que isso também me preocupa e bastante. -----

-----Agora, o ideal ali seria mesmo esta candidatura que nós reduzimos para 240.000,00€ e 240.000,00€ por três municípios já não é assim tão incomportável e candidatámos com uma comparticipação por fundos comunitários de 85%. Se for possível isso vai ser uma realidade a curto prazo, se tiver que ser da iniciativa dos municípios temos que negociar, nós não estamos bem financeiramente, mas Freixo de Espada à Cinta também não está bem e Foz Côa também não estará, portanto, a ideia que está desenvolvida é que seja um canil intermunicipal. -----

-----Quanto ao abate, desconheço, não vi, mas vou ver isso. Tenho a dizer-vos o seguinte: os cães têm todas as condições lá em cima, estamos a tentar melhorá-las porque é sempre possível melhorar, tivemos aqui um período em que a senhora veterinária esteve de licença de maternidade, e mesmo assim conseguimos que fossem acompanhados sempre por um veterinário de uma entidade que não é da Câmara, mas que ia lá e fazia todo esse processo gratuitamente. -----

-----Quanto aos blogs deve ter sido uma desinformação minha, uma falta de capacidade de esclarecer, às vezes tenho estes problemas, não consigo esclarecer aquilo que quero exprimir, é um défice meu não conseguir transferir as coisas para os outros. Eu não disse que não aceitava críticas. Eu disse que enquanto Presidente da Câmara e estávamos a falar de um assunto concreto que era do engenheiro Aires Ferreira, ninguém me iria ouvir falar do que quer que fosse. Não falo. Podem dizer o que quiserem que eu não falo sobre isso. Acho que a dignidade de Presidente da Câmara não me permite isso, e fazê-lo era não só tirar-me essa dignidade a mim mas também a ele, e foi isso que eu quis dizer. Agora, que é um meio de comunicação excelente, é. Também deixem-me fazer uma crítica porque é necessário que o contraditório seja possível nos próprios blogs, quando fazemos o contraditório e não nos deixam publicar como aconteceu n vezes o que é que vamos fazer? Então é deixar andar. Gosto de ver coisas sobre Moncorvo, fico muito satisfeito, gostei muito que a TVI não tivesse sido contactada e viesse aqui sem dizer nada a ninguém, filmasse e passasse no jornal da uma e no jornal da noite, isso é que se deve evidenciar, são as coisas boas que Moncorvo faz. Eu penso que é assim que deve ser feito. -----

-----Quanto à pedra da Corredoura, há uma intervenção prevista para a Corredoura, nomeadamente a colocação do antigo chafariz que eu acho que era uma pedra de toque de todos nós que vivemos lá – e aqui dirijo-me mesmo para si – e, portanto, já está a ser acabado

todo o procedimento burocrático e vai ser uma realidade. Entretanto, está também contemplado na ARUTM, num tema que está aí a seguir, a Corredoura, a Nórea, o São Paulo, vão ter uma intervenção e aí nós Executivo e Assembleia Municipal vamos ter de dar a nossa opinião onde e como se deve intervir. Eu terei todo o gosto em trazer cá o projeto que temos para essa zona que está num gabinete a ser estudado. -----

-----**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomou conhecimento da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município, bem como da respectiva situação financeira.** -----

PONTO 2 — 3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2014. -----

-----Seguidamente o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que referiu: Somos obrigados a isto por uma razão muito simples e que tem implicação no ponto que vamos ter aqui sobre a celebração de um acordo de execução. -----

-----Neste momento, a DGAL obriga-nos a ter um item que é em vez de transferências de verbas para as juntas, que não podem ser feitas, ter acordos de execução para as juntas e tem que ser uma revisão orçamental porque é um item novo que aparece. Eu quero recordar uma coisa, isto com a entrada da Lei dos Compromissos e principalmente com a Lei das Finanças Locais, obriga-nos a fazer modificações aos documentos previsionais iniciais aprovados em Dezembro do ano findo. Felizmente, a nova lei em vigor diz que não estão previstas só duas revisões, mas até ao mandato passado a Câmara Municipal só podia fazer duas revisões, não podia fazer mais nenhuma além das duas, ou seja, para não haver rubricas novas. A nova lei acabou com isso e acabou exatamente por isto, porque as duas revisões que submetemos uma foi porque não podia ser Técnico de Contabilidade, tinha que ser Técnico de Gestão e Contabilidade de Autarquias, tivemos que fazer uma revisão por causa do nosso mapa de pessoal, e agora a presente revisão orçamental é devido à celebração de acordos de execução com as juntas, não há alteração de valores, ficam as mesmas coisas, esperando merecer a vossa aprovação, porque senão não conseguimos cumprir as regras previsionais instituídas. ---

-----Abertas as inscrições e não se registando qualquer intervenção, o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto dois, verificando-se os seguintes resultados: -----

	Coligação PPD-PSD/CDS-PP	Partido Socialista (PS)	TOTAL
Votos a Favor	14	8	22
Abstenções	0	5	5
Votos Contra	0	0	0



-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal sob proposta do Executivo Municipal e nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, aprovar a 3.ª Revisão Orçamental para 2014 (**3.ª AO ORÇAMENTO DA DESPESA, 2.ª AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 2.ª AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS**). -----

-----Abstiveram-se os senhores Deputados: António Manuel Lopes, António Júlio Andrade, Magali Isabel Sebastião Amador, José Manuel Rodrigues Aires e António Júlio Sá Andrade (Presidente da Junta de Freguesia do Larinho), todos do PS. -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

PONTO 3 — NOMEAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC). -----

-----Seguidamente o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que referiu: Esta é uma obrigação legal também decorrente da mesma lei, anteriormente só as Câmaras com empresas municipais é que eram obrigadas a ter um ROC, agora a nova lei obriga a que todas as Câmaras independentemente de terem empresas municipais ou não, tenham um Revisor Oficial de Contas. -----

-----Este concurso correu também no âmbito da Associação de Municípios do Douro Superior, de forma a termos uma proposta muito mais rentável para o Município, porque a dividir por todos é mais rentável. Já foi adjudicado o serviço de Revisão Legal de Contas, à Sociedade Fernando Peixinho & José Lima, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., pelo valor global de 36.000,00€, por ser a proposta economicamente mais vantajosa. Eu tenho a dizer que a escolha do ROC não teve a ver com a Câmara Municipal, teve a ver com a Associação de Municípios do Douro Superior, na qual a Câmara é uma interessada porque também pagamos uma parte para eles fazerem a prestação do serviço de revisão de contas aqui e daí certificar-nos as nossas faturas que agora vai entrar num período crucial. O Governo manteve-nos já cativos 10% do FEF, não cumprimos a lei do endividamento, as faturas têm que ser certificadas por grau de maturidade, e só são aceites na própria DGAL com a certificação do ROC, quer dizer, e isto é mais uma crítica que eu faço ao legislador que às vezes não pensa no que é que está a fazer, e que é um Revisor Oficial de Contas certificar umas contas que são anteriores à entrada dele e anteriores ao próprio mandato dele, mas a DGAL quer que sejam certificadas para poder de alguma forma as aceitar. Isto é só para verem como é que às vezes a lei quer dar um ar de transparência e esquecem-se dos pormenores muitas vezes. -----

-----Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes senhores: -----

-----**Deputado António Júlio Andrade (PS):** Realmente há leis que não se entendem, o que se passa com este Revisor Oficial de Contas a respeito das Autarquias, passa-se por exemplo nos Lares, Centros de Dia, etc. Antigamente chegado ao fim do ano, a direção de um Lar via a receita, a despesa, controlava as contas, faturas, etc. Agora, o director técnico ou coisa parecida manda para o Revisor Oficial de Contas, o Revisor Oficial de Contas manda em Maio

ou Junho, do ano que vem, para Bragança, e as direções praticamente nem se pronunciam sobre nada, quer dizer, este país está surrealista, penso eu. -----

-----**Deputado Luís Dias (Coligação PSD/CDS):** Após leitura da ata que nos facultou, gostaria que nos informasse de uma forma mais profunda acerca do serviço de Serviços de Plataforma Electrónica de Contratação Pública para a Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos e para os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, em que moldes é que vai ser. -----

-----**Presidente da Câmara:** Neste momento foi implementada uma coisa que se chama CPV e que para o efeito a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo adoptou a plataforma Vortal (eu também estive desse lado e sei às vezes as dificuldades que tinha). O que é que nos permite? Estabelece que toda a contratação pública pelas entidades públicas, passará na sua quase totalidade a ser realizada por via electrónica através de Plataformas Electrónicas de Contratação. O que é que se faz? Abre-se a plataforma, fazem-se os convites para a apresentação de proposta às consultas/concurso que são disponibilizados, são inseridos com os valores que entendem e como entendem, sendo que a adesão é gratuita e para o acesso as pessoas têm que ter uma palavra passe, muitas vezes é o próprio cartão de cidadão delas, inserem todos esses dados nessa plataforma que é o chamado CPV, chega ali e concorre, nós não o sabemos, no final é que se abre a plataforma e é que se vê. Por exemplo, no *email* da Associação de Municípios do Douro Superior que eu fiz chegar aos senhores deputados, concorreram 14 pessoas entre sociedades unipessoais e pessoas singulares, para o mesmo período e para o mesmo trabalho, o serviço foi adjudicado por 36.000,00€, porque o caderno de encargos também dizia lá que era pelo menor preço, mas houve quem concorresse com 76.000,00€. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto três, verificando-se os seguintes resultados: -----

	Coligação PPD-PSD/CDS-PP	Partido Socialista (PS)	TOTAL
Votos a Favor	14	12	26
Abstenções	0	1	1
Votos Contra	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal sob proposta do Executivo Municipal e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, deliberou por maioria, aprovar a nomeação como auditor externo a Sociedade Fernando Peixinho & José Lima, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., responsável pela certificação legal de contas da **ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR, MUNICÍPIO DE MOGADOURO e MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO.** -----

-----Absteve-se o Sr. Deputado António Manuel Lopes (PS). -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

PONTO 4 — ADENDA AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CELEBRADO EM 02/02/2011, ENTRE O MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO E A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, NO MONTANTE DE 9.400.000,00€ — ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DA CLÁUSULA 9.^a

-----Seguidamente o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que referiu: Este é um assunto recorrente e que nós provavelmente vamos trazer mais vezes aqui. É o empréstimo de saneamento financeiro que foi celebrado em 2011, o Tribunal de Contas ainda está com o processo em mãos e agora notificou-nos para uma alteração da cláusula. Qual é a interpretação do Tribunal de Contas? Que a revisão que nós fizemos vai permitir ao Município poupar 1.100.000,00€, isso assumem, mas que por outro lado temos que cumprir 80% do valor clausulado em média por ano e, por isso, é que vem o valor de 52.500,00€ que dá 630.000,00€ por ano, e estamos a falar de capital, obviamente. Nós já tínhamos aprovado, se bem se recordam, que fossem 50.000,00€ de três em três meses. Agora, com este valor de 52.500,00€ cumprimos então os 80%, continuamos a diminuir no valor total 1.100.000,00€, mas que agora vai ser mais e, por isso, é que eu estou a dizer que vai ser recorrente, o Tribunal de Contas vai dizer, afinal não é só 1.100.000,00€, porque vocês estão a pagar mais 2.500,00€ de capital, e nós reduzindo o capital vamos reduzir mais os juros, mas ainda não disseram isso e, por isso, é que eu digo que provavelmente ainda vamos ter que trazer isto novamente aqui. Agora, a única coisa a formalizar é a cláusula anteriormente aprovada no valor de 50.000,00€ para 52.500,00€. Mais nada. -----

-----**Presidente da Mesa:** Muito obrigado senhor Presidente, portanto, na prática trata-se apenas de uma alteração dos valores mensais de pagamento. -----

-----Abertas as inscrições e não se registando qualquer intervenção, o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto quatro, verificando-se os seguintes resultados: -----

	Coligação PPD-PSD/CDS-PP	Partido Socialista (PS)	TOTAL
Votos a Favor	14	10	24
Abstenções	0	3	3
Votos Contra	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal sob proposta do Executivo Municipal e nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, aprovar a Adenda ao contrato de empréstimo celebrado

em 02/02/2011, entre o Município de Torre de Moncorvo e a Caixa Geral de Depósitos, no montante de 9.400.000,00€, nos seguintes termos e condições: -----

A Cláusula 9.^a do contrato atrás indicado passa a ter a seguinte redação: -----

- Alteração da periodicidade de pagamentos de trimestral para mensal, a partir da prestação trimestral, de capital e juros, vencida e paga em 2014-05-02;
- Pagamento de prestações de juros e reembolso de capital:
 - 12 Prestações mensais, de capital constante no valor de € 52.500,00 e juros ao saldo, com início em 2014-06-02 e termo em 2015-05-02; e
 - 93 Prestações mensais, de 2015-06-02 até ao final do prazo (2023-02-02), retomando o regime de prestações constantes, postecipadas e sucessivas, de capital e juros.

A alteração em apreço pressupõe a manutenção das restantes condições em vigor, aplicando-se uma comissão de 0,25% a incidir sobre o capital em dívida e a liquidar na data da perfeição da adenda ao contrato a celebrar. -----

-----Abstiveram-se os senhores Deputados: António Júlio Andrade, Magali Isabel Sebastião Amador e José Manuel Rodrigues Aires (PS). -----

-----**A presente deliberação foi aprovada em minuta.** -----

PONTO 5 — ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO E A JUNTA DE FREGUESIA DE LOUSA. -----

-----Seguidamente o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que referiu: Este ponto pode ser retirado da ordem de trabalhos, ou então aproveitava para delinear as cláusulas gerais para todas as juntas. -----

-----Quando propusemos este ponto era única exclusivamente e isso foi votado na reunião de Câmara também, para resolver uma situação que tínhamos. Foi celebrado um protocolo em 16 de Maio de 2011, entre a Junta de Freguesia de Lousa e a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, como foi celebrado também com a Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos, que era para a limpeza das bermas. Entretanto, na delegação de competências que vai para ratificação, vai como sendo por deliberação da Câmara Municipal de 15 de Abril de 2010, portanto, tinha sido assinado em Maio de 2011 e depois, vai à reunião da Assembleia Municipal em Setembro de 2011, ou seja, nenhuma data aparecia, e agora estava refletido nas nossas contas da Câmara uma dívida à Junta de Freguesia de Lousa, eu penso que não há mais dívida nenhuma destas nas juntas de freguesia, se houver agradecia que me dissessem, que é para ver se conseguimos de uma vez por todas resolver isto. Entretanto, com a alteração da lei não podíamos fazer a transferência para a junta de freguesia como é óbvio, tínhamos que fazer um acordo de execução que tem que ser obrigatoriamente aprovado em Assembleia Municipal e em Assembleia de Freguesia. Ontem, eu estive em Lisboa reunido com a DGAL e a DGAL veio dizer uma coisa que nós já defendíamos ao tempo, o que é anterior a 2014 tem que se reger pela lei anterior, senão como é que vamos alterar as transferências para as juntas? Ao

arrepio do que nós entendíamos e que os próprios técnicos da Contabilidade entendiam, que deveria ser através de uma simples transferência para a junta porque havia deliberações da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de 2011, ou seja, anteriores à lei, a DGAL não aceitava isto, até que ontem tivemos este despacho fabuloso que diz o seguinte: afinal como era anterior à lei podem fazer a transferência, podem pagar. Pronto, por simples transferência vai ser pago ou já foi pago à junta, sem juros, a junta não levou juros, e ficou sem ter qualquer utilidade o presente acordo de execução. -----

-----Agora, o que podemos fazer é o seguinte, os senhores presidentes de junta se quiserem porque são eles os principais interessados, esquecíamos que era acordo de execução entre o Município de Torre de Moncorvo e a Junta de Freguesia de Lousa, púnhamos as juntas de freguesia do concelho, podemos aprovar o clausulado, e quando viesse aqui já vinha para as juntas de freguesia todas e com os anexos específicos respeitante a cada uma das juntas e aprovamos tudo de uma vez, se entenderem que pode ser assim. Se for de outra forma teremos que trazer os protocolos todos, aprovar um a um, e depois irem às Assembleias de Freguesia que têm que ir obrigatoriamente. Portanto, da parte do Executivo uma vez que está resolvida a dívida que tinha com a Junta de Freguesia de Lousa, não vemos problema em retirar este ponto, ou aproveitá-lo se os senhores presidentes de junta que são os mais interessados, e eu aqui dirijo-me mais a eles, se quiserem que possa ter esta redação. -----

-----**Presidente da Mesa:** Relativamente a este ponto e dado que nós já fizemos o trabalho de casa, se calhar, esta segunda proposta podia parecer a mais adequada e fazer uma aprovação do protocolo, mas de qualquer forma obviamente têm a palavra os senhores deputados. -----

-----Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes senhores: -----

-----**Deputado Afonso Alagoa (PS)** Presidente da Junta da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos: -----

-----Concordo plenamente com o que acabou de dizer o Sr. Presidente da Câmara, que o protocolo seja feito em conjunto com as juntas de freguesia que estejam interessadas. -----

-----Eu por acaso achei estranho que este protocolo viesse à Assembleia Municipal só para a Junta de Freguesia de Lousa, tanto assim é que até vinha munido com um ofício que enderecei a 22 de Novembro do ano findo à Câmara Municipal, em que a União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos, pedia que fosse executado o protocolo que anteriormente a Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos tinha com a Câmara Municipal. -----

-----**Presidente da Mesa:** Então se os senhores deputados estiverem de acordo, o ponto passa a ser “Acordo de Execução entre o Município de Torre de Moncorvo e as Juntas de Freguesia do Concelho”, sendo o anexo retirado. -----

-----Submetido à votação, verificou-se os seguintes resultados: -----

	Coligação PPD-PSD/CDS-PP	Partido Socialista (PS)	TOTAL
Votos a Favor	14	13	27
Abstenções	0	0	0
Votos Contra	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal sob proposta do Executivo Municipal e nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por unanimidade, autorizar a celebração do presente Acordo de Execução com as Juntas de Freguesia do Concelho. -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** deu novamente a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que referiu: Não foi só Urros/Peredo dos Castelhanos, também Castedo, Mós, Larinho, o Felgar (numa parte mas depois retirou), a Adeganha/Cardanha, Carviçais, Felgueiras/Maçores, Lousa e Cabeça Boa, todos eles pediram protocolos que ainda não foram celebrados exatamente por causa desta situação, o que é que vai ser posto no protocolo, agora já temos então qual o texto que vai servir para todos. -----

-----Outra situação e que é mais grave, nós tivemos uma reunião com um senhor empreiteiro que tem aqui obras em curso entre as quais uma obra que é um procedimento que foi desencadeado para limpeza de bermas e valetas do concelho, e as contas desse senhor empreiteiro não davam certo com as que tínhamos aqui e fomos ver e havia um crédito a favor da Câmara, e então para não ser repostado ele está a finalizar o procedimento. É por isso que anda uma empresa aí a limpar as bermas do concelho, é um procedimento que vai ser encerrado e quando for encerrado passa para o protocolo que combinámos aqui para as Juntas de Freguesia, e só para terem uma noção, o procedimento é de tal ordem, já tem alguns anos, está a dezoito cêntimos o metro da limpeza, mas é o procedimento que estava, nós não tivemos culpa que ele não o tivesse terminado, para a Câmara foi benéfico, a Câmara tem crédito sobre ele, quando terminar havemos de fazer novos acordos de execução. -----

PONTO 6 — ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BAIXO SABOR. -----

-----Seguidamente o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que referiu: É um assunto importante porque estamos a falar de projetos que podem ser geridos através dos Municípios do Baixo Sabor e recorde que é Torre de Moncorvo, Mogadouro, Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros. A intenção qual é? A Direção da Agência é constituída pelos quatro Presidentes de Câmara e eram dois elementos da Fundação EDP. Agora, a Fundação EDP veio dizer que não pode estar em superioridade aos Municípios, coisa

que quer a Câmara Municipal, quer a Assembleia Municipal, alertou para isso, uma direção com número par era, no mínimo, estranho, então veio propor a não continuidade ao que já tinha sido aprovado e retiravam um elemento deles, ou seja, neste momento, a Direção da Agência será exercida por uma Direção composta por cinco elementos, um representante de cada um dos Municípios e um representante da Fundação EDP. Eu já estive a falar com o Sr. Presidente da Assembleia sobre isto, e não sei se não teremos outra alteração a seguir, porque o artigo tem três pontos e isto para os juristas é importante, alteraram o primeiro ponto mas deixam tudo na mesma no ponto 3 – Ao Presidente da Direção é atribuído direito a voto de desempate. Ora, se são cinco e têm que reunir os cinco só se algum faltar, portanto, provavelmente quando isto for para fiscalização vão dizer assim, mas igualdade em que votação? Não está especificado. Estou só a alertar os senhores deputados. -----

-----Agora, que é uma necessidade é, porque nós não conseguimos entregar o dinheiro às pessoas, temos graves problemas, por exemplo, o Lar do Felgar tem quase a obra concluída e estamos com isto parado, porque não conseguimos ter uma Agência para desenvolver esta parte, o ICNF também tem o dinheiro cativo, quer entregar o dinheiro mas não sabe os mecanismos como pode resolver este assunto, o que é certo é que temos uma série de situações, por exemplo, Torre de Moncorvo candidatou-se para fazer obras estruturais que eram necessárias quer no Cine Teatro, quer no novo modelo do cinema digital, e com isto parado o dinheiro está lá, está cativo, nós já tivemos que o pagar e para sermos ressarcidos está dependente da criação desta Agência, da retirada do ICNF para o Conselho Consultivo e não para a “gestão de fundos” que é outro problema, e outro problema que ninguém se entende é que quando isto das barragens se iniciou, a tutela estava num único Ministério e agora está no Ministério da Agricultura e no Ministério do Ambiente, ou seja, estamos a necessitar de duas assinaturas de dois Secretários de Estado que se esqueceram de saber qual é aquele que tem prioridade sobre o outro para assinar, é isto só que estamos aqui a ter. E esta Agência o que vai permitir? Vai permitir que a Fundação EDP transfira diretamente para os Municípios e não a andar esta volta, porque neste momento isto é escandaloso, dos 700.000,00€ que os Municípios têm a receber anualmente, os Municípios não têm direito a ver nada porque fica tudo retido no ICNF, temos que dar ordens de pagamento e o ICNF depois é que nos diz o que é que é, em Lisboa, sem saber o que é que se passa aqui. E para vos contar esta, quando eles nos pedem para ver se os pequenos agricultores se unem uns aos outros para podermos ter uma escala maior, aqui na Vilariça através do Mário Martins, conseguimos de alguma forma juntar todos os produtores que era para ser certificado o melão da Vilariça, sem intervenção de qualquer organismo estatal, foi só com a Câmara, conseguimos isto e o que é que era necessário? Uma base para ter lá arcas frigoríficas, porque depois era feita através de uma grande superfície que vinha buscar aqui directamente para vender os nossos produtos com a marca de origem “made in Torre de Moncorvo”. Logo o ICNF veio dizer, atenção que isso não pode ser assim, onde é que estão as salvaguardas naturais se eles estão a produzir uma coisa que é nas arribas? Quais arribas e explicámos onde era. O que é que disseram? Não, o Douro Vinhateiro não deixa construir aqui um armazém. E com isto está o projeto parado. A outra situação que nós defendemos e que o ICNF não quer dizer que não

defenda isso, tem uma opinião contrária que é esta: vamos supor, o Lar do Felgar (é paradigmático isto), candidatou-se, tinha 60%, depois passou para 85%, mas os 15% podia ser uma comparticipação do PRODER, não há legislação nenhuma que o proíba, mas veio alguém de um gabinete de Lisboa dizer – as comparticipações do Fundo do Baixo Sabor não podem ter mais nenhuma comparticipação de um fundo, seja comunitário, seja nacional. Não está escrito em lado nenhum. O que é certo é que andamos desde Dezembro para saber quem foi que deu este despacho para o anularmos, não se consegue saber, mas está escrito, ao contrário da própria DIA, podia ser a Bíblia ou o Corão, a Tora ou o que quiserem, da barragem, isso não está escrito mas como está esse despacho, então temos os 700.000,00€ do ano passado que já estão aprovados, os avisos e as candidaturas retidos, e já estamos a meio do ano sem poder fazer candidaturas para este ano, e isto é preocupante. -----

-----Esta alteração dos estatutos é a Fundação EDP e os Municípios que estão a fazer isto em conjunto para podermos de alguma forma agilizar este processo para não ter que ir a uma série de secretarias de estado e também a uma série de organismos estatais. -----

-----Abertas as inscrições e não se registando qualquer intervenção, o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto seis, verificando-se os seguintes resultados: -----

	Coligação PPD-PSD/CDS-PP	Partido Socialista (PS)	TOTAL
Votos a Favor	14	13	27
Abstenções	0	0	0
Votos Contra	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO:** Considerando: -----

- I. A Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 28.04.2014, deliberou aprovar a participação do Município na “Agência de Desenvolvimento Regional do Baixo Sabor – Associação ADRBS”, bem como a aprovação dos respetivos estatutos; -----
- II. O n.º 1 do artigo 16.º dos seus estatutos, na versão que foi objeto de deliberação em Assembleia Municipal, previa que “a Direção da Agência será exercida por uma Direção composta por seis elementos”; -----

-----A Assembleia Municipal sob proposta do Executivo Municipal, deliberou por unanimidade, retificar o n.º 1 do artigo 16.º dos estatutos da “Agência de Desenvolvimento Regional do Baixo Sabor – Associação ADRBS”, passando a ter a seguinte redação: **“A DIREÇÃO DA AGÊNCIA SERÁ EXERCIDA POR UMA DIREÇÃO COMPOSTA POR CINCO ELEMENTOS.”** -----

-----***A presente deliberação foi aprovada em minuta.*** -----

PONTO 7 — CONSTITUIÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DE TORRE DE MONCORVO. -----

-----Seguidamente o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que referiu: Senhores deputados, gostava muito que analisassem este documento e nos trouxessem todas as vossas preocupações e também tudo que entendessem que deva ser vertido para este documento. É extremamente importante, porque como sabem a nossa situação financeira não nos permite agraciar os moncorvenses com algumas isenções, nomeadamente impostos e de água, mas temos aqui uma possibilidade. -----

-----Estas áreas de reabilitação urbana vão ser discutidas no próximo Quadro Comunitário de Apoio, e nós gostaríamos que o concelho de Torre de Moncorvo fosse todo abrangido, mas iniciarmos pela sede do concelho, como podem ver no mapa que têm no final. O que é que isto nos permite? Permite mesmo a Câmaras com endividamento como é o caso da nossa de fazermos algumas isenções e reduções, desde logo no IMI, IMT, e no IVA se for uma empreitada localizada em áreas de reabilitação urbana (ARU) o nome pelo qual nós iremos candidatar isto é ARUTM (Área de Reabilitação Urbana de Torre de Moncorvo), permite-nos nas empreitadas que agora são pagas à taxa de 23%, será aplicada a taxa reduzida de 6% que, parecendo que não isto nas contas do IVA é extremamente importante. -----

-----Agora, a aposta terá que deixar de ser nas avenidas novas e passar para os Centros Históricos, e isto não podemos chegar a quem vive ali e dizer: olhe, a tinta é mais cara porque tem que meter este procedimento; não pode ser esta telha tem que ser outra; isto não pode ser em cimento tem que ser em madeira. Temos que lhes dizer assim: venham negociar connosco porque se vocês fizerem isto nós também temos algo para vos dar, não é de alguma forma obrigatório fazerem, mas se quiserem a Câmara tem potencialidades para vos isentar aqui de algumas coisas, e com outro ponto de interesse que é este: quem já tentou construir ou de alguma forma fazer alguma coisa na Zona de Proteção que envolve Torre de Moncorvo e na Zona do Douro Vinhateiro, como é o caso da Lousa, são uma série de entidades externas que têm que se pronunciar. Depois, temos a Direção Regional de Cultura do Norte, por exemplo, que diz assim: os caixilhos não podem ser desta maneira, têm que ser em madeira; vai para lá e vem para cá, nós notificamos o requerente e dizemos: olhe, tem que ser em madeira, porque senão tem parecer desfavorável; chega lá outra vez e diz assim: afinal, não são só os caixilhos em madeira, a telha também é, e volta e a pessoa sempre a pagar. Isto é que não pode acontecer. Nós já tivemos uma reunião com o Diretor e neste momento está completamente acordado entre a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo e a Direção Regional de Cultura do Norte, que quando for submetido um parecer, obrigatoriamente a Direção Regional de Cultura do Norte tem que dar os pareceres todos, mesmo que não lhe sejam pedidos e que o pedido seja só para a caixilharia tem que se pronunciar também sobre as telhas, que é para quando chegar à Câmara o requerente ser informado de tudo, desde o princípio até ao final. Com a ARUTM é exatamente ao contrário, todas as entidades externas vão pronunciar-se daquilo que nós fizemos aqui e vão dizer, nós para licenciarmos obrigamos na zona A que tenha estas

cores, que tenha este tipo de caixilharia, que tenha este telhado. Pronto, está tudo, fica vertido na ARUTM e quando vier o projeto às mãos da Câmara, os técnicos da Câmara vêem se está de acordo, já não tem que ir às entidades externas, aprova logo porque está de acordo com o que as entidades regulamentaram na própria ARUTM, e isto é extremamente importante porque acaba a via-sacra dos requerentes, porque é mesmo uma via-sacra. Eu reúno com as Obras Particulares às terças e quintas-feiras e é uma via-sacra, ninguém sabe muito bem o que é que se há-de fazer. -----

-----Portanto, isto é só para tomarem conhecimento, para nos trazerem também contributos do que entenderem que é importante, para ver se em Setembro conseguíamos andar com isto. A urgência disto é termos um grau de maturidade já suficiente para quando houver projetos co-financiados com a Comunidade Europeia, porque nesta requalificação nós podemos meter quer o imóvel, ou seja, aquilo que estamos a construir, quer o imaterial, e dou-vos aqui um exemplo que me surgiu agora: a Sinagoga, era possível tendo a ARUTM fazer já uma candidatura em termos do edificado, mas também em termos daquilo que os moncorvenses entendam que é o realce da vida judaica aqui no concelho de Torre de Moncorvo, e os conteúdos imateriais são passíveis de entrar também aqui. Outra questão é o Castelo, por exemplo, no mapa, se repararem, há algumas zonas que estão assinaladas e isto porquê? Porque isto é possível ser até quinze anos. A ideia seria três anos e depois se tivermos isto já aprovado, no próximo mandato, se os senhores deputados assim entenderem e quem estiver no Executivo assim entender, poder dividir em mandatos certos de quatro anos, de forma a também não criar em ninguém a obrigação de ter que trabalhar sobre trabalhos dos outros, é mesmo assim. Portanto, concluindo, quinze anos, podemos ir fazendo gradualmente de três/quatro ou cinco anos em determinada área ou zona de intervenção, e também pensarem em que medida poderemos isentar, ou até onde poderemos ir com os benefícios fiscais, porque é obrigatório a Assembleia Municipal pronunciar-se, e no caso específico dos benefícios associados ao IMI e IMT. A Câmara Municipal pode isentar e pode dizer qual é a área onde quer trabalhar, a Assembleia Municipal é a única com competência para isentar, ou seja, os benefícios fiscais têm que ser os senhores deputados a pensar o que é que querem, obviamente em coordenação com a Câmara, não podemos isentar aquilo que não temos, mas tem que vir de vocês. Isto é uma mera proposta de trabalho para tomar conhecimento e para ver se conseguimos andar, porque no distrito de Bragança não existe nenhuma (ARU) e os primeiros são aqueles que conseguem chegar mais longe, e nós já que temos esta oportunidade acho que é de a conseguirmos agarrar. -----

-----Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes senhores: -----

-----**Deputado António Lopes (PS):** Pegando nas primeiras palavras do senhor Presidente que falou na possibilidade de isto abranger o concelho todo e que seria bom para o concelho, obviamente, mas o que é que impede que isto não se possa fazer para o concelho. -----

-----**Deputado António Júlio Andrade (PS):** Exatamente e corroborava a pergunta mas era no seguinte, reformulando-a: Nós desde há 20 anos que praticamente não temos ouvido falar de outra coisa em Moncorvo a não ser da recuperação urbana, todos os projetos, grande parte

dos dinheiros da autarquia nestes anos todos passados tem sido a recuperação urbana em Moncorvo, não é? Bom, recordo-me aqui há 15 anos que foi feito um projeto que custou 80.000 contos para a recuperação de umas aldeias históricas, quer dizer, para as aldeias nunca se pensa em nada, e isso deve ter sido metido no caixote do lixo, nunca se deu seguimento nenhum. Nós queixamo-nos da desertificação de Trás-os-Montes, disto e daquilo, mas somos os primeiros a contribuir para a desertificação do mundo rural em relação às nossas aldeias. Quer dizer, eu não posso compreender que numa aldeia, por exemplo, para a recuperação de uma casa tenham ainda mais dificuldades fiscais do que na área da vila. Bom, é só para se ter isso em atenção. -----

-----**Presidente da Câmara:** Muito obrigado senhores deputados pelas perguntas. Começando pelo final, não é verdade que seja mais caro, não sei se reparou que desde Outubro para cá todas as requalificações também na parte das freguesias foram isentadas em 80%. Fizemos exatamente para as freguesias o que fizemos para o Centro Histórico, com essa intenção mesmo, e começámos logo no início a fazer um levantamento topográfico da zona do Larinho, para termos um ponto-chave para chamar a atenção dessa situação, e a seguir transportámos (está mesmo assim escrito) para a vila medieval de Mós, para irmos candidatar à parte imaterial, nem o fizemos aqui com Moncorvo, fizemos a parte de requalificação do edificado para o Larinho e a parte do imaterial para Mós. -----

-----Agora, neste projeto que estamos a ser pioneiros no distrito, o que nós queremos é que eles nos digam que aceitam a constituição de uma ARU, porque depois a própria legislação diz assim: permite após o primeiro período desencadear processos para estender ao concelho todo. E o que é que nós tínhamos em mente, era iniciar aqui com a zona do Castelo, porque tem uma historicidade e um fundamento por si que é válido, já que fizemos a parte renascentista, vamos recuperar agora a parte medieval, e durante estes três anos, as juntas fazerem o enquadramento delas em zonas específicas para nós na 2.ª fase ampliarmos ao concelho todo. Agora, nós temos que estar é dentro das áreas de requalificação urbana, porque isto é tudo muito bonito, mas ainda ontem contava esta situação, quando foi para as fachadas havia dinheiro a rodos até que chegou cá um Comissário Europeu e disse assim – então eles só pintam as fachadas e o resto está a cair – acabou e Portugal ficou sem verbas, foi um problema para não termos que entregar essas verbas. Claro que depois no final, tivemos outra coisa curiosa, como tínhamos que mandar o dinheiro para fora, porque sobrou da requalificação que ninguém a fez, a verdade é esta, mascarámos o que estava mal, como tínhamos que mandar o dinheiro para fora, aí vem mais um bocado tudo a correr, vamos aqui dizer que são umas fachadas, e o que é que fizemos, vamos dizer que fazemos os telhados que já eram inseridos. O novo Quadro Comunitário de Apoio 2020, para isto acabou, não tem possibilidade, a única possibilidade que tem em termos de reabilitação é exatamente nesta situação das áreas de reabilitação urbana. A nossa ideia é iniciamos aqui, há um Centro Histórico, é uma zona urbana, mas depois estendemos essa própria área de reabilitação urbana, atenção, fica sempre assim o nome ARUTM (Área de Reabilitação Urbana de Torre de Moncorvo), não dizemos da sede de Torre de Moncorvo, dizemos de Torre de Moncorvo, para

conseguirmos que isto seja uma realidade. Isto vai depender de nós, porque o dinheiro é pouco em termos de apoios comunitários, mas se nós tivermos pontos, por exemplo, na ARUTM, aquilo que o senhor deputado disse dos canelões do Peredo dos Castelhanos é possível, não é edificado, mas tem um conteúdo imaterial que pode fazer com que o Peredo dos Castelhanos tenha a possibilidade de dizer, nesta, nesta e nesta zona, havia estas doceiras, e também da amêndoa coberta a dizer a localização em Torre de Moncorvo, também já é para permitir isto. Ou seja, isto não é desgarrado, não se pensou e vamos fazer. Não, isto tem um percurso lógico, mas para esta edificação que é para lhe mostrarmos que estamos preocupados e estamos com o edificado, estamos a dar-lhe conteúdos dos imateriais que no nosso caso são 80% do financiamento. O QCA 2020 neste momento está para isso, e o que é que nós fizemos, por isso é que na amêndoa, como iremos fazer provavelmente nos canelões, o IPB e a UTAD são nossos parceiros, só assim é que pode ser, são os nossos parceiros para nós desenvolvermos depois isto numa lógica de concelho. -----

-----Agora, isto é só uma proposta de trabalho, nós só queremos ter a ARUTM aprovada, porque depois somos nós que dizemos onde é que vamos fazer a intervenção, é no Larinho, é na Cabeça Boa, é na Lousa, o que é que temos lá de específico que se possa fazer ali em termos imateriais, isto, então e onde é que foi, nesta, nesta e nesta casa, então vamos fazer todo este conjunto, por exemplo, nós nos Larinho especificámos uma situação que tem dos maiores largos das freguesias e o que dissemos foi vamos aproveitar que temos aqui isto. Claro que em Mós foi mais fácil, tem um núcleo, foi sede de concelho, temos aqui uma série de coisas escritas, vamos fazer isto em termos imateriais, só que a verdade também é esta, e agora isentamos o quê e fazemos o quê? Este trabalho e aqui tenho que dar os parabéns aos funcionários da autarquia mais uma vez, já o fiz várias vezes, mas aqui e principalmente ao anterior gabinete que era o GTL e agora UTP, fez um trabalho fantástico, temos aí casa por casa, quem são as pessoas, como é que não são, quanto é que é o rendimento, está desactualizado é verdade, mas estamos a fazer isso, e o que é que fizemos agora, foram todas as pessoas notificadas neste mês para conseguirmos identificar de quem são as ruínas e quais são as que estão pior, quando nós dizemos assim, está em risco de ruína à uma nem está é só para pintar, mas temos que fazer isso que é para termos uma vistoria técnica para podermos inserir aqui. Portanto, isto está pensado para termos um programa para Torre de Moncorvo até 2020, que cada um depois há-de pensar como é que o quer implementar, por isso é que eu digo, o ideal neste momento se conseguirmos é termos um programa para 3 anos, e depois quem estiver cá que faça de 4 em 4, como quiser, mas o essencial é termos esta possibilidade para nós concorrermos, e já que o IPB e a UTAD estão cá é aproveitarmos estas sinergias. -----

-----**Deputado António Salema (PS):** Segundo as palavras do Sr. Presidente, isto é um documento que aponta caminhos, aponta datas e tem que ser devidamente estudado e depois devidamente proposto na Assembleia Municipal. Portanto, isto aponta os caminhos e eu acho que dentro do que o Sr. Presidente disse é tomarmos conhecimento e trabalharmos este documento. Obrigada. -----

-----**Deputado Luís Dias** (Coligação PSD/CDS): Eu queria também felicitar o Sr. Presidente por ter conseguido juntar na mesma plataforma o IPB e a UTAD que andam sempre de costas voltadas. Não sei como é que conseguiu. Os meus parabéns. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** **Apreciado o assunto a Assembleia Municipal tomou conhecimento do assunto acima mencionado.** -----

-----**A presente deliberação foi aprovada em minuta.** -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Não se registaram quaisquer intervenções. -----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.** -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às **12h30m** deu por encerrada a sessão. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa desta Assembleia Municipal e por mim, Favorino José Bastos de Carvalho, Assistente Técnico do Município, que a elaborei. -----

O Presidente da Mesa,

(José Mário Leite)

O Primeiro Secretário,

(Cristina Trindade)

O Segundo Secretário, em exercício,

(Cecília Pinto)

O Assistente Técnico,

(Favorino Bastos)